



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Ciências Sociais e Humanas

Agressão e Crenças acerca da Violência nas Relações Íntimas em Contexto Universitário

VERSÃO DEFINITIVA APÓS DEFESA PÚBLICA

Maria João Araújo Dias

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Psicologia Clínica e da Saúde

(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Manuel Loureiro

Covilhã, Agosto de 2018

**Dissertação de Mestrado realizada sob
orientação do Prof. Doutor Manuel Loureiro
apresentada à Universidade
da Beira Interior para a obtenção do
Grau de Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde.**

Agradecimentos

Este espaço é dedicado a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram, quer académica quer pessoalmente, na realização e desenvolvimento desta dissertação, que marca o final de mais uma etapa tão marcante no meu percurso de vida. Na impossibilidade de mencionar todos os nomes, agradeço, desde já, a todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Professor Doutor Manuel Loureiro, pelo papel essencial e primordial que assumiu na construção do presente trabalho, pela partilha de conhecimentos, pela dedicação e orientação. Agradeço-lhe ainda pela flexibilidade que sempre demonstrou, pela paciência e compreensão que sempre teve para comigo.

Aos meus pais pela sua ajuda nos momentos difíceis e pelo incentivo, para que eu realizasse da melhor forma este trabalho. Pelo esforço para me proporcionarem os estudos ao longo destes anos.

As minhas companheiras de curso, obrigada pela vossa amizade, carinho, ajuda e companheirismo. Obrigada por tudo o que partilhámos nestes últimos anos. A nossa amizade permanecerá para sempre!

Por fim, mas não menos importante agradeço a todos os amigos, que sempre acreditaram em mim e me fizeram acreditar que seria possível alcançar os meus objetivos. O meu muito obrigada pelas palavras de encorajamento e por perdoarem as minhas ausências.

A todos, o meu muito obrigada!

Resumo

O presente estudo, teve como objetivo avaliar os níveis de agressão de uma amostra de estudantes universitários, bem como investigar as suas crenças acerca da violência nas relações de intimidade, verificando qual o seu grau tolerância/ aceitação a essa mesma violência, assim como, perceber qual a relação entre estas duas variáveis. Para além do questionário sociodemográfico, foram também utilizados o Questionário da Agressão (QA) de Buss & Perry (1992) e a Escala de Crenças acerca da Violência Conjugal (ECVC) de Machado, Matos & Gonçalves (2000).

Para melhor compreendermos a agressão e as crenças dos universitários acerca da violência nas relações de intimidade na população portuguesa, realizamos um estudo empírico. No mesmo participaram 503 alunos do ensino superior, sendo este um critério de inclusão. As idades dos participantes são compreendidas entre os 17 e os 34 anos, apresentando uma média de idade de 21 anos, dos quais 282 pertencem ao sexo feminino e 219 ao sexo masculino. Os resultados obtidos vão essencialmente de encontro ao alcançados na revisão bibliográfica realizada, na medida em que, evidenciaram que a grande maioria dos participantes não são agressivos e de forma geral, não apresentam crenças que legitimem a violência nas relações de intimidade. Considerando os resultados obtidos com recurso ao questionário QA verificou-se que as diferenças de agressão no total da escala entre homens e mulheres não são expressivas, no entanto, com os homens a apresentar uma maior pontuação na agressão física do que as mulheres. No que diz respeito à ECVC, os resultados indicaram uma tendência para a rejeição das crenças que dão suporte à violência nas relações de intimidade, contudo, os participantes apresentaram uma moderada concordância com a crença de legitimação e banalização da pequena violência. Relativamente às diferenças entre sexos, verificou-se que foram os participantes do sexo masculino que apresentaram respostas mais concordantes com a legitimação da violência, tanto no global da escala, como em cada um dos fatores de legitimação de violência. Nas variáveis sociodemográficas (idade e estado civil), não se encontram diferenças estatisticamente significativas com as variáveis agressão e crenças acerca da violência. Por fim, não se verificou uma correlação entre as variáveis estudadas, nomeadamente a agressão e as crenças. Tal resultado advém certamente do facto de a amostra em estudo apresentar baixos níveis de agressão.

Assim, de forma geral, podemos concluir que os estudantes universitários que participaram no nosso estudo, não apresentam pontuações elevadas relativamente às crenças acerca da violência, existe uma tendência para a discordância com as mesmas, no entanto ainda existem alguns tipos de crenças que estão presentes nos participantes. Assim, torna-se necessário estar atento a esta minoria, pois a legitimação da violência é, muitas vezes uma consequência de crenças erradas que desculpam as condutas abusivas dos agressores. Muitas

dessas crenças ligam-se à discriminação e desigualdade entre homens e mulheres, à banalização da violência que ainda é vista nalguns contextos como uma coisa normal e comum, e ainda à justificação do uso de violência fazendo atribuições causais com base no comportamento da mulher.

Palavras-chave

Violência; Agressão; Relações de intimidade; Crenças; Contexto Universitário.

Abstract

The purpose of the present study was to evaluate the aggression levels within a group of university students, as well as to investigate their beliefs about violence in intimacy relations, verifying their tolerance/acceptance level to this same violence, and also in perceiving what is the relationship between these two variables. Beyond the sociodemographic questionnaire, the Buss & Perry Aggression Questionnaire (QA) (1992) and Machado, Matos & Gonçalves' (2000) Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (ECVC) were also used.

In order to have a better understanding of the aggression and beliefs of university students about violence in intimate relationships in the Portuguese population, we conceive an empirical study. In the study participated 503 students with higher education, this being an inclusion criterion. The participants ages range from 17 to 34 years, with a mean of 21 years old, of which 282 are of female gender and 219 are male gender. The results obtained are essentially in agreement with those found within the literature review, that is that they showed that the great majority of the participants are not aggressive and, in general, do not show beliefs that legitimize violence in intimacy relations. Considering the results obtained using the QA questionnaire, it was verified that the differences of aggression in the total scale between men and women, are not significant, however, men presented a higher score in physical aggression than women. Concerning ECVC, the results pointed a tendency to reject the beliefs that support violence in intimate relationships, although, the participants presented a moderate agreement with the belief of legitimization and trivialization of the small violence. Regarding the differences between sex genders, it was proven that the male participants presented answers that were more in agreement with the legitimacy of the violence, both in the global scale and in each of the factors of legitimation of violence. In sociodemographic variables (age and marital status), there are no statistically significant differences with the variables aggression and beliefs about violence. Finally, there was no correlation between the studied variables, namely aggression and beliefs. Such a result certainly comes from the fact that the sample under study has low levels of aggression.

Therefore, in general, we can conclude that university students who participated in our study do not present high scores regarding beliefs about violence, there is a tendency for disagreement with them, however there are some types of beliefs that are still present in the participants. Thereby, it is necessary to be cautious to this minority, since the legitimization of violence is often a consequence of wrong beliefs that excuse the abusive conduct of the aggressors. Many of these beliefs are connected to discrimination and inequality between men and women, to the banalization of violence that is still seen in some contexts as a normal and common thing, and to justify the use of violence by making causal attributions based on the behavior of women.

Keywords

Violence, Aggression, Intimacy Relations, Beliefs, University Context

Índice

Agradecimentos

Resumo

Abstract

Lista de Figuras

Lista de Tabelas

Lista de Acrónimos

Introdução

Capítulo 1 - Violência, Agressão e Crenças: Estado da Arte	3
1.1 Violência	
1.1.1 Caracterização da violência	3
1.1.2 Natureza da violência	5
1.1.3 Tipologia da violência	6
1.1.4 Modelo ecológico da violência	7
1.1.5 Ciclo da violência	8
1.1.6 Fatores associados à violência	9
1.2 Agressividade e comportamento agressivo	
1.2.1 Caracterização da agressividade	10
1.2.2 Tipos de agressão	13
1.2.3 Fatores associados à agressão	15
1.2.4 Teorias explicativas da agressão	16
1.3 Violência vs agressividade	18
1.4 Violência nas relações íntimas	20
1.5 Crenças e violência na intimidade	
1.5.1 Caracterização das crenças e a sua relação com a violência	25
1.5.2 Crenças nas relações íntimas	27
1.6 Objetivos e hipóteses	
1.6.1 Questão de investigação e objetivos	32
1.6.2 Formulação de hipóteses	33
Capítulo 2 - Método	35
2.1 Opções metodológicas	35
2.2 Participantes	36
2.3 Instrumentos	39
2.4 Procedimentos	41

Capítulo 3 - Resultados	45
3.1 Análise descritiva dos dados	45
3.2 Análise inferencial dos dados	49
Capítulo 4 - Discussão	55
Conclusão	59
Bibliografia	61

Lista de Figuras

Figura 1. – Modelo Ecológico para a compreensão da natureza da violência

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica da amostra

Tabela 2 - Caracterização da nacionalidade dos indivíduos que constituem a amostra

Tabela 3 - Caracterização da frequência de alunos, de acordo com a faculdade onde estão inscritos

Tabela 4 - Caracterização da frequência de alunos, de acordo com o curso que frequentam

Tabela 5 - Caracterização da distribuição de alunos que dispõem de acompanhamento psicológico

Tabela 6 - Análise descritiva da frequência de agressão

Tabela 7 - Análise descritiva do total QA e das suas subescalas

Tabela 8 - Análise descritiva da frequência de legitimação da violência e as crenças de violência

Tabela 9 - Análise descritiva do total da ECVC e das suas subescalas

Tabela 10 - Distribuição das percentagens pelo tipo de resposta aos itens da ECVC

Tabela 11 - Análise pormenorizada de cada item da ECVC

Tabela 12 - Diferenças de resultados do total e nos 4 fatores do QA em função da variável sexo

Tabela 13 - Diferenças de resultados do total e nos 4 fatores da ECVC em função da variável sexo

Tabela 14 - Diferenças dos resultados dos instrumentos QA e ECVC em função da variável idade

Tabela 15 - Diferenças dos resultados dos instrumentos QA e ECVC em função da variável natureza da relação

Tabela 16 - Correlação entre agressão e as crenças sobre a violência (através do coeficiente de correlação de Pearson)

Tabela 17 - Correlação entre os componentes da agressão e os fatores de crenças sobre a violência

Lista de Acrónimos

DGS	Direção Geral de Saúde
ECVC	Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal
OMS	Organização Mundial de Saúde
QA	Questionário da Agressão
UBI	Universidade da Beira Interior
WHO	World Health Organization
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Introdução

O presente estudo surge inserido no âmbito da obtenção do grau mestre em Psicologia Clínica e da Saúde pela Universidade da Beira Interior (UBI), inscrito na 1ª fase do projeto de investigação *Violência 360º - Abordagem clínica, familiar, social e comunitária da violência interpessoal em diferentes populações*.

A violência é um fenómeno cuja incidência abrange os mais diversos grupos populacionais à escala universal e não discrimina sexo, idade, etnia, raça, classe social e religião. O facto de ser uma problemática complexa e interligada com tantas outras, desde o domínio individual ao social, aumenta a necessidade de cada vez mais se abordar este tema para melhor o compreender e intervir.

Muitas vezes a violência chega até nós sem pedir licença sendo cada vez mais um tema atual no nosso dia-a-dia, está presente nas ruas, dentro das casas, nas escolas, nas empresas, nos *mídia*, de uma forma geral nos mais diversos ambientes e contextos de interação social, ocupando assim um lugar de destaque no quotidiano de cada individuo.

A violência assume-se como problema de saúde pública essencialmente devido às consequências que acarreta para os indivíduos, famílias, comunidades ou países, a curto e a longo prazo, com prejuízos gravosos, assentes no domínio do desenvolvimento pessoal, social e económico (Pacheco, 2012).

Associado à problemática da violência, surge o papel das crenças inerente a cada individuo e a forma como estas podem influenciar o desenvolvimento e manutenção de determinados comportamentos, neste caso específico, os comportamentos agressivos.

As crenças à cerca da violência influenciam a nossa perceção e a avaliação da informação proveniente do ambiente, desempenhando um papel importante e influenciador da conduta daqueles que se encontram envolvidos no problema. Avaliar as crenças sociais e culturais permitirá melhorar o entendimento das reações dos indivíduos envolvidos e perceber o contexto em que essas práticas surgem (Machado, Matos, & Gonçalves, 2006).

É neste contexto que se enquadra a pertinência da presente investigação, uma vez que a mesma tem como principal objetivo estudar e investigar a agressão em contextos universitários e perceber qual a sua relação com as crenças acerca da violência nas relações de intimidade. Com a presente investigação, pretende-se avaliar os níveis de agressão dos elementos que constituem a amostra, bem como, investigar as suas crenças acerca da violência, com o intuito de verificar qual o seu grau de aceitação a essa violência.

Do protocolo de recolha de dados fez parte um questionário sociodemográfico, bem como o Questionário de Agressão de Buss Perry (1992), constituído por 29 itens que permitem avaliar a agressão em quatro dimensões diferentes: agressão física, agressão verbal, raiva e hostilidade. Do protocolo de recolha de dados fez parte ainda a Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal de Machado, Matos e Gonçalves (2000), com a finalidade de avaliar as crenças em relação à violência exercida no contexto de relações íntimas, medindo o seu grau de aceitação e/ou tolerância em relação à mesma.

O presente estudo, encontra-se dividido em 4 capítulos principais. O primeiro capítulo foca-se principalmente na contextualização teórica sobre a temática desta investigação, onde inicialmente são abordados os conceitos de violência, agressividade e comportamento agressivo e por fim, as crenças acerca da violência nas relações íntimas. Neste capítulo são ainda apresentados os objetivos e hipóteses formuladas. De seguida é apresentado o capítulo dois, que contempla a apresentação pormenorizada dos aspetos metodológicos, incluindo os participantes, instrumentos, bem como os procedimentos realizados.

No terceiro capítulo são apresentados os resultados obtidos, em função dos objetivos e hipóteses formuladas. Por fim, o quarto capítulo abarca a discussão acerca dos resultados obtidos, onde estes são devidamente explicados e contrastados com a literatura. De forma a concluir, são apresentadas algumas limitações que se fizeram sentir ao longo da investigação, bem como serão deixadas algumas sugestões de pesquisa para trabalhos futuros.

Capítulo 1 - Violência, Agressão e Crenças: Estado da Arte

1.1 Violência

1.1.1 Caracterização da Violência

A violência é um fenômeno global e bastante complexo que ocorre frequentemente, onde o conceito de condutas aceitáveis e não aceitáveis é influenciado pela cultura e exposto a uma constante transformação, podendo manifestar-se de forma sutil como a violência emocional ou insulto verbal, ou manifestar-se com forte evidência, como na agressão física (Ventura, Ferreira e Magalhães, 2013).

Na atualidade, o conceito de atos violentos envolve um conjunto de ações praticadas pelos sujeitos que são reprováveis e condenáveis dado as suas consequências negativas a curto, médio e longo prazo, para a qualidade de saúde e de vida dos indivíduos (DGS, 2014).

A violência assume um caráter dinâmico, sendo conhecida no nosso dia-a-dia como o uso agressivo da força física de indivíduos contra indivíduos ou de grupos contra grupos, enquanto comportamento humano deve ser entendido como um fenômeno social que está inerente às influências relativas ao tempo histórico-cultural onde se desenvolve a situação violenta (João & Lourenço, 2017).

Embora a violência seja um fenômeno comum a praticamente todas as sociedades, a sua definição não é universal. “Cada sociedade tem a sua própria violência, definida segundo os seus próprios critérios que variam de cultura para cultura” (Pais, 1996b, p.31), de forma a que o seu significado tem conhecido uma grande variação espacial e temporal (Hacker, 1973).

Desta forma, para se conseguir compreender a violência é necessário explorar previamente o seu conceito.

Etimologicamente, a palavra violência deriva do latim *violentia*, que significa violência, caráter bravo, força (Houaiss & Villar, 2003). Este termo possui um parentesco próximo, do ponto de vista semântico, com a palavra latina *vis* (força) (Ferreira, 2002). Por isso, todo o ato “violento” compreende o uso da força extrema ou de enorme intensidade (Ribeiro & Sani, 2008). Através do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, a Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou que em todo o mundo a violência tem vindo a tornar-se num dos mais graves problemas sociais e de saúde pública (OMS, 2002).

De acordo com a OMS (2002) a violência pode ser definida como uma ameaça ou a prática do uso intencional de força física ou poder contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte, ou possa resultar, em sofrimento, que implica risco de lesão, morte ou dano psicológico, perturbações do desenvolvimento ou privação de algo.

Segundo Matos, Negreiros, Simões e Gaspar (2009) a violência decorre do uso da agressão, do poder, da influência física e psicológica, e de ameaças contra um indivíduo, grupo ou comunidade, com o intuito de ferir física ou psicologicamente o outro, manipulando-o e seduzindo-o, coagindo-o e demonstrando-lhe o seu domínio de poder.

Para Martínez (2006), podemos falar de violência quando estamos perante ações que envolvam força (expressão física intensa, utilização de armas), dano (destruição), imposição (fazer alguém submeter-se a algo) e perversão moral (individual e social).

A noção de violência é, por princípio, ambígua. A violência pode ser compreendida como comportamentos humanos de indivíduos, grupos, classes e nações que ocasionam a morte de outros seres humanos, ou que afetam a sua integridade física, moral, mental ou espiritual. No entanto, torna-se essencial ressaltar que em tempos passados a violência era encarada como algo natural, ou até mesmo um comportamento de honra e desafio, sendo tolerada e bem vista. Nos dias de hoje, a sensibilidade e intolerância da população face aos comportamentos violentos, faz com que seja mais evidenciada a existência de violência levando a que exista um aumento do número de casos de identificação e dessa forma uma maior intervenção (Ribeiro & Sani, 2008).

Oliveira & Manita (2003) definem violência como sendo “o uso intencional da força, coação ou intimidação contra terceiros ou de toda a forma de ação intencional que, de qualquer modo, lese os direitos e as necessidades dessa pessoa” (p. 217). Assim, torna-se importante referir que ao abordar a designação de violência, devemos ter em conta determinadas conceções como a intencionalidade, o poder, o alvo, a natureza e o impacto (OMS, 2002).

Deve estar presente a ideia de que tem de existir uma vítima e um agressor. Anderson (2000) refere que nas situações de violência está sempre presente a agressão, percebida esta como um comportamento levado a cabo por um indivíduo (o agressor) com a intenção de magoar outro indivíduo (a vítima). Este ato deve ter um carácter intencional, distinguindo-se, assim, de formas acidentais. Nesta perspetiva, a violência pressupõe a ação de uma pessoa sobre outra(s), sendo que essa ação implica o condicionamento da capacidade de agir dessa(s) outra(s), através do uso da força física ou de mecanismos de pressão psicológica, o que representa uma relação de poder assimétrica em desfavor da vítima, diferença essa que limita a sua capacidade para reagir às consequências da agressão (Burns & Flam, 2000).

A temática da violência é muito ampla, podendo ser encontrada em vários contextos. A violência pode ser categorizada como: violência de gênero, violência doméstica, violência conjugal, violência nas relações de intimidade, abuso contra pessoas idosas, maus tratos em crianças e jovens, suicídio, tráfico de seres humanos, violência em contexto de deficiência, coação entre parceiros íntimos homossexuais, mutilação genital feminina (Ribeiro, 2016). Na presente investigação iremos abordar preferencialmente a violência nas relações de intimidade dada a amostra que está a ser alvo de estudo.

Apenas com estas, de entre muitas outras tentativas de definir a violência, torna-se evidente que se trata de um conceito carregado de sentidos que apresenta uma multiplicidade de aspetos, mas de uma forma sintética, e resumindo o que foi anteriormente exposto, podemos afirmar que a violência se caracteriza por um ato violento intencional praticado por humanos, que compreende o uso da força extrema com o objetivo de causar dor a outro, existindo sempre uma vítima e um agressor.

1.1.2 Natureza da violência

A violência pode expressar-se através de vários tipos de comportamentos que podem dividir-se em função da natureza da violência, podendo manifestar-se nomeadamente em: violência física, violência psicológica e violência sexual, ou estarem relacionados com a privação ou com a negligência. Estas diferentes expressões ou manifestações da violência traduzem o sofrimento associado a cada situação e o seu impacto nas várias dimensões da saúde do indivíduo: saúde física, mental e social (OMS, 2002). É necessário ter em conta que, na prática, as fronteiras entre os diferentes tipos/natureza da violência nem sempre são claras, uma vez que na maior parte das vezes coexistem na mesma situação, podendo ou não, ocorrer em simultâneo.

Por violência física entende-se ser uma ação ou omissão que coloque em risco ou cause dano à integridade física de uma pessoa, com o intuito de magoar. Pode englobar atos como por exemplo: empurrar, pontapear, bofetear, atirar objetos, queimar, cuspir, puxar cabelos, beliscar, esfaquear, espancar, estrangular, entre outros, podendo acabar com a tentativa ou mesmo o homicídio da vítima (Redondo, Pimentel & Correia, 2012).

A violência psicológica corresponde normalmente ao recurso da intimidação para controlar a vítima (Oliveira, 2011). Traduz-se em ameaças diretas ou indiretas, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal de um sujeito. Pode incluir insultos, ameaças, críticas, humilhações, desvalorizações, intimidações, isolamento social, privação de contacto com a família e os amigos, inspecionar objetos pessoais (agenda, telemóvel,

computador), negar o acesso a dinheiro ou a cuidados de saúde, entre outros (Redondo, Pimentel & Correia, 2012).

Por violência sexual entende-se ser uma ação que obriga um indivíduo a manter contacto sexual, físico ou verbal, ou a participar em outras relações sexuais com uso da força, intimidação, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal (APAV, 1998). Passa por obrigar, coagir, ameaçar ou forçar a vítima a práticas sexuais contra a sua vontade, incluindo a violação marital, que muitas vezes não é entendida pelas vítimas enquanto tal (Redondo, Pimentel & Correia, 2012).

Por fim, os conceitos de negligência e de abandono são definidos como a ausência dos pais ou de outros responsáveis pela criança e pelo adolescente, quando deixam de conceder as necessidades básicas para seu desenvolvimento físico, emocional e social. O abandono é considerado uma forma extrema de negligência a ausência de proteção contra condições climatéricas aversivas (o frio e o calor); não incentivar a frequência da escola (Veloso, 2015).

1.1.3 Tipologia da violência

A Organização Mundial de Saúde (2002) propõe uma tipologia da violência que subdivide a definição geral em três categorias, de acordo com a relação que se estabelece entre a vítima e o perpetrador. Assim sendo, os principais tipos de violência realizados nas sociedades atuais estão agrupados nas seguintes categorias: violência autodirigida; violência interpessoal e violência coletiva.

A violência autodirigida diz respeito a todo o tipo de violência que o agressor inflige sobre si próprio, podendo ser dividida em comportamento suicida e automutilação. Por sua vez, a violência interpessoal, refere-se a todo o tipo de violência perpetrada por uma pessoa ou por um pequeno grupo de pessoas contra outra(s) pessoa(s), subdividindo-se em violência familiar, violência nos relacionamentos íntimos e violência comunitária. Ou seja, ocorre entre os indivíduos, nos contextos familiar e comunitário, pode incluir a violência juvenil, assaltos por estranhos, crimes contra a propriedade, violência nos locais de trabalho, nas escolas e outras instituições. Sendo que o foco da presente investigação se insere neste tipo de violência, mais especificamente a violência nas relações íntimas.

Por último, a violência coletiva, que como a própria designação indica, diz respeito a todo o tipo de violência realizada por grupos de maiores dimensões que os anteriormente referidos, contra outro grupo ou comunidade, por exemplo, o Estado, partidos políticos, organizações terroristas, entre outros. Este tipo de violência pode ser determinado por razões sociais, políticas ou económicas.

1.1.4 Modelo ecológico da violência

A violência é um fenômeno multidimensional, resultante das interações de muitos fatores da própria pessoa e do meio em que se encontra, nomeadamente, fatores biológicos, psicossociais, culturais, económicos e políticos, assim, não existe um único componente para a explicação do porquê de algumas pessoas se comportarem de forma violenta em relação a outras, ou de qual a razão para a violência ocorrer com uma maior incidência em algumas sociedades comparativamente a outras. De forma a compreender a causalidade da violência, a OMS (Krug et al., 2002) propõe a aplicação de um modelo ecológico da violência (figura 1), organizado em quatro níveis, para ajudar a compreender a natureza multifacetada da violência, o qual explora a interação das características individuais, relacionais, sociais, culturais e ambientais onde o indivíduo está inserido.

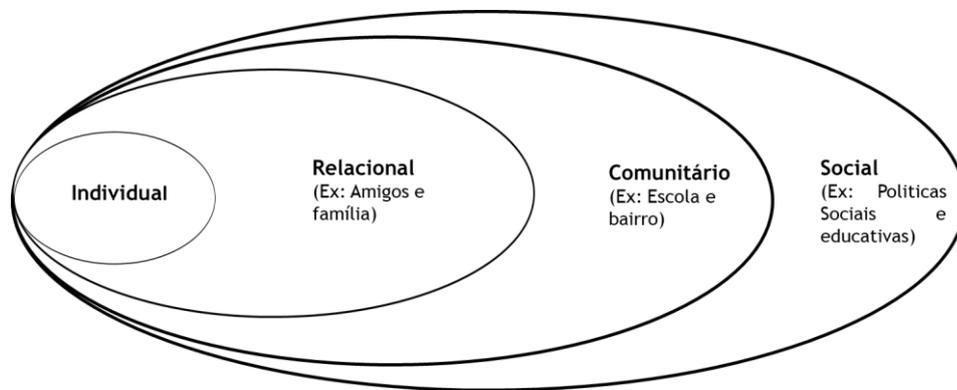


Figura 1. Modelo Ecológico para a compreensão da natureza da violência na intimidade.

Este modelo aborda todos os fatores inerentes ao indivíduo e ao contexto, que inevitavelmente influenciam o comportamento do ser humano (OMS, 2002).

O primeiro nível do modelo ecológico (individual) identifica os fatores de história pessoal que influenciam a probabilidade do indivíduo se tornar uma vítima ou um perpetrador de violência. Para além das características biológicas e demográficas (idade, género, nível educacional e salarial), são considerados outros fatores como desordens de personalidade, abuso de substâncias (tóxicas) e história prévia de comportamento agressivo e de experiência de abuso.

O segundo nível (relacional) centra-se nas relações sociais íntimas ou próximas (as que são estabelecidas com a família, os amigos, os pares, os parceiros íntimos) e analisa a forma como essas relações aumentam o risco de vir a ser uma vítima ou um perpetrador de violência.

O terceiro nível (comunitário) estuda os contextos comunitários nos quais as relações sociais ocorrem - escolas, locais de trabalho, tipo de bairro onde se reside, contextos de

convívio informal - e procura identificar as características destes contextos que estão associados ao facto de a pessoa ser vítima ou perpetrador de violência.

O quarto e último nível do modelo ecológico (social) procura identificar os fatores sociais mais amplos (disponibilidade de armas; normas culturais e sociais que aceitam a violência usual; políticas económicas, educacionais e sociais que podem contribuir para manter a desigualdade económica e social entre os grupos sociais) que criam um clima favorável ao encorajamento ou inibição da violência.

Este modelo permite assim perceber a influência recíproca entre os quatro níveis mencionados, uma vez que em cada nível, os fatores são modificados ou reforçados por fatores dos outros níveis (DGS, 2014).

1.1.5. Ciclo da Violência

Uma dinâmica habitual nas relações abusivas é a alternância entre a violência e um comportamento agradável com promessas de mudança (Benedictis, Jaffe & Segal, 2006), levando a uma ambiguidade de sentimentos e à dificuldade de tomada de decisão pela vítima.

Com a necessidade em compreender a razão pela qual em alguns casos é tão difícil para as vítimas deixar as relações de violência, torna-se importante abordar o modelo do ciclo da violência desenvolvido por Walker (1984). Este modelo procura descrever a sucessão de humor e comportamento que é comumente experienciado em relações onde existe violência.

Este ciclo estende-se ao longo de um ciclo de 3 etapas nomeadamente: a fase de acumulação de tensão, a fase de explosão (ataque violento) e por último, a fase de lua-de-mel ou de reconciliação.

A primeira etapa é a fase de acumulação de tensão, a vítima apesar de sujeita a agressões por parte do cônjuge (que vão aumentando de intensidade) nega a raiva que sente em relação à violência no casal e procura justificações para a sua ocorrência, nesta fase é onde se encontra a violência psicológica. Trata-se de um acumular de situações do dia-a-dia, injúrias e ameaças, intimidações e abusos verbais, podendo passar pela destruição de documentos ou objetos pessoais, estas situações criam na vítima uma sensação de perigo e medo.

Na segunda etapa, a de explosão e ataque violento, o agressor descarrega toda a tensão acumulada na vítima, agredindo-a através dos vários tipos de violência, sendo que

essas agressões tendem a aumentar na sua intensidade e frequência. Esta fase, comumente, é curta e fortemente marcada por episódios de violência física.

Finalmente, segue-se a etapa de lua-de-mel ou reconciliação. É nesta etapa que existe uma reconciliação entre o casal. O agressor demonstra-se arrependido pelos atos cometidos e pede desculpa à vítima, levando a que esta volte a acreditar nele, através do carinho e atenção que este lhe dá.

Estas etapas formam um ciclo, acabando por se sucederem uma às outras, vezes sem conta. Este ciclo repete-se no tempo, ao longo de meses ou anos, onde as fases de tensão e reconciliação tendem a ser de menor duração, ao passo que a fase de explosão tende a aumentar a sua intensidade e duração, por sua vez, a fase de reconciliação tem uma tendência para se extinguir (Lemos citado por Machado, 2010).

1.1.6 Fatores associados à Violência

No que diz respeito aos fatores associados à violência, Matos, Negreiros, Simões & Gaspar (2009) referem que, devido à generalização do fenómeno de violência nenhum indivíduo ou grupo social está completamente imune as suas consequências, pois a violência resulta da junção e articulação de inúmeras determinantes ao nível da vida e do ambiente do indivíduo.

De entre os fatores de risco que poderão predispor o sujeito ao envolvimento em comportamentos violentos, quer como agressores, quer como vítimas, salientam-se: o historial de agressão precoce, o consumo de tabaco, álcool e/ou drogas antes dos 12 anos de idade, o baixo nível cognitivo, o reduzido envolvimento escolar e o insucesso escolar precoce; o nível elevado de ousadia, o envolvimento familiar deficitário; a criminalidade parental; a separação dos pais e a supervisão parental débil; a carência de apoio por parte dos professores e ausência de disciplina na sala de aula; a discriminação e a exclusão social na escola e na comunidade; e a pertença a uma comunidade com serias carências socioeconómicas e de infraestruturas (Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009).

Relativamente ao contexto em que ocorre, há que referir que a violência acontece em qualquer situação que implique interação entre pessoas. Porém, existem alguns contextos em que esta ocorre com maior frequência, nomeadamente: a guerra, a família (as interações entre os seus membros são múltiplas, muito diversas e duradouras, podendo surgir comportamentos violentos), a escola (sendo simultaneamente o contexto, depois da família, de formação da personalidade e de abertura a outras estruturas sociais que vão ser cruciais

para a vida do indivíduo, não está isenta de violência), a comunidade e a cultura (em si mesma e em alguns meios de entretenimento e comunicação).

A violência é uma questão social, política e económica, como também está ligada às questões familiares, aos valores e à educação. Sendo a violência um processo com diferentes facetas que acompanham o contexto sociocultural, esta deixou de se restringir a uma determinada camada social, racial, económica e geográfica (Abromavay et. al. 2002; Oliveira, Chamon & Maurício, 2010). Então, a violência deve ser encarada como uma multiplicidade de comportamentos, que devem ser analisados a partir das normas, condições e os contextos sociais (Oliveira, Chamon & Maurício, 2010).

1.2 Agressividade e comportamento agressivo

1.2.1 Caracterização da agressividade

A agressividade é um fenómeno de difícil definição, confundindo-se muitas vezes com outros conceitos, como o de agressão ou violência, o que acarreta vastos custos para a sociedade (Siever, 2008).

Este construto configura-se então como complexo e multidimensional, que possui diferentes e múltiplas variáveis envolvidas. Após a pesquisa e leitura de diversos artigos científicos e obras referentes à temática agressividade humana, conclui-se uma falta de consenso na definição do conceito e de uma só posição. Na literatura encontrada acerca do tema verificou-se que existe uma infinidade de definições que descrevem a agressividade, bem como conceitos associados. Neste sentido, procurar-se-á esclarecer algumas das principais posições relativamente ao tema da agressividade e da agressão.

De uma forma generalista, a sociedade atribui uma valoração extremamente negativa à agressividade, vendo-a como prejudicial e desprovida de valor adaptativo no contexto social. No entanto, a ciência atribui à agressividade características necessárias para a adaptação não só do indivíduo, mas também da espécie, estando diretamente implicado em funções vitais e de proteção (Scharfetter, 2002). Na perspetiva de Scharfetter (2002), a agressividade é a disponibilidade, ou disposição, para a agressão ou combatividade, podendo ser adaptativa em algumas circunstâncias. De facto, e apesar de a agressividade ter uma componente severamente destrutiva, nomeadamente no prejuízo que acarreta às relações humanas, também apresenta por outro lado, um papel adaptativo que se traduz na possibilidade de afirmação e desenvolvimento que incute à pessoa (Galhordas, Lima & Encarnação, 2007). Neste âmbito, para Scharfetter (2002), a agressividade constitui uma parte essencial do comportamento humano e animal, sendo importante não só na preservação

do indivíduo e da espécie, mas também na possibilidade de afirmação no mundo que incute ao indivíduo.

A agressividade pode então ser vista como uma energia positiva, que conduz o indivíduo na procura de soluções para seus problemas, atrelada à sobrevivência da espécie, porém, tem sido objeto de estudo da psicologia principalmente quanto aos seus aspectos relacionados a ações hostis e destrutivas (Ribeiro & Sani, 2009).

Devemos considerar a agressividade como uma das características inerentes a todo e qualquer ser humano (Ramirez, 2001; Schafetter, 2005; Matos, Negreiros, Simões e Gaspar, 2009). Ela faz parte da componente afetiva, podendo manifestar-se de uma forma mais ou menos camuflada, participando mais ou menos do potencial de ação e atividade do indivíduo (Ajuaguerra, s/d; Scharfetter, 2005), sendo imprescindível a todos os animais na conquista pelo seu lugar no seio do grupo, na marcação da sua posição (territorial e de pertença), bem como na conquista e conservação da sua parceira sexual (Lorenz, 1974). Segundo Sá (1999) a agressividade corresponde ao instinto natural de sobrevivência, e de acordo com Gleitman, Fridlund e Reisberg (2007) é provável que não haja animais totalmente desprovidos de agressividade, sendo assim considerada uma característica própria da natureza animal.

Trata-se, portanto, de um construto multideterminado e, como tal, pode ser vista como um impulso de sobrevivência, uma predisposição biológica ou decorrente de uma aprendizagem social e ecológica. Independentemente da sua etiologia, a agressividade adquire contornos de alguma forma inadaptativos, para o indivíduo e para a relação que este estabelece com os demais (Rego & Sani, 2005).

Em termos conceituais, o constructo de agressividade é distinto em função do objeto a que reporta, sendo diferente se faz referência a humanos ou animais. Nesta perspectiva, como defende Marcelli (2005), no ser humano, a conceptualização da agressividade deve ter em consideração a distinção entre a agressividade enquanto estado ou potencialidade e a agressividade enquanto comportamento agressivo objetivamente observável, ao contrário do animal, em que a agressividade e o comportamento agressivo encontram-se intimamente relacionados. De igual complexidade, de acordo com Scharfetter (2002), o comportamento agressivo pode dizer respeito quer ao estado de humor (e.g., fúria, ira, aborrecimento), quer à ativação fisiológica de medo, no qual a agressão surge como manifestação de desespero.

Do ponto de vista da psicologia, a agressividade é ainda considerada uma característica relacionada com uma maior sensibilidade à provocação, ou seja, é necessário um menor nível de provocação para que o comportamento agressivo seja evocado. A agressividade pode ser assim considerada um constructo interno, ou seja, uma característica da personalidade, fazendo parte do indivíduo e que faz com este tenha uma determinada predisposição para a adoção de comportamentos agressivos (Marshall & Brown, 2006).

De acordo com Ramirez (2001), a agressividade humana é uma forma de conduta entre outras que um indivíduo pode desenvolver. Ela está diretamente ligada ao contexto no qual se vive e pode assumir múltiplas formas. Não pode ser considerada um traço constante, pois nem sempre uma pessoa agressiva é sempre agressiva, como uma pessoa não agressiva, pode também nem sempre ser pacífica.

O problema da sua definição, nomeadamente a dificuldade em distinguir a agressividade de outros fenómenos parecidos ou relacionados, repercute-se objetivamente na forma como a ciência explica este fenómeno, existindo diversas teorias explicativas, como iremos abordar de seguida, que se distinguem a partir da conceptualização que cada uma faz da agressividade (Silva, 2009).

Por sua vez, a agressão diz respeito à aplicação de um estímulo nocivo a outra pessoa (Buss, 1961, citado por Matos, 2006). Em geral, podemos verificar que na literatura a agressão é encarada como uma conduta que causa danos físicos e/ou psicológicos e que tem na sua génese a intenção de fazer mal a outrem (Schaffer, 1996; Matos, 2006), manifestada sob a forma física ou verbal, individual ou grupal, revestida de fortes emoções ou executada friamente, bem como meticulosamente orientada para um alvo ou indiscriminada (Schaffer, 1996).

Assim, surge mais um conceito associado à agressividade, nomeadamente a agressão. Na literatura também estes dois conceitos têm sido diferenciados, a agressão diz respeito a um tipo de comportamento ou ação, e a agressividade, tal como já analisamos, a uma característica de personalidade, ou seja, uma tendência para manifestar a agressão em variadas situações distintas (Berkowitz, 1993; Björkqvist, 1997).

Referentemente ao termo agressão, entre os psicólogos sociais também não existe consenso quanto a uma definição satisfatória, no entanto, segundo Myers (2017), pode-se caracterizar como um comportamento físico ou verbal com a intenção de magoar ou prejudicar alguém. Este comportamento exclui o sofrimento involuntário como é o caso de auto acidentes, encontrões na rua, ou ações com o efeito inevitável de causar dor a alguém. Também os autores Bushman & Anderson (2001) defendem o mesmo. Para eles, o indivíduo que executa o ato agressivo acredita que o seu comportamento irá afetar, de alguma forma, o alvo e que este, por sua vez, tenta evitar esse ato. Neste sentido, atos que causem dor, no entanto, que tenham cariz involuntário, não são considerados agressão, pois o perpetrador não tem esse objetivo e acredita que o indivíduo alvo não tem motivos para evitar esse comportamento (como por exemplo, a dor sentida durante uma consulta no médico dentista).

Por sua vez, o termo agressão inclui comportamentos como pontapés, bofetadas, ameaças, insultos, boatos, confrontos, gritar com alguém, destruir propriedades, mentir e outros comportamentos com o objetivo de ferir/magoar/ prejudicar o outro (Park et.al

referido por Myers & Twenge, 2017). Deve estar presente a ideia, que, para que ocorra uma agressão é necessário existir um agressor, e uma vítima que tenta evitar o comportamento nocivo (Castela, 2013).

Assim, quando abordamos o conceito de agressão devemos ter presentes 4 fatores importantes na sua definição multidimensional, nomeadamente:

1) o fator comportamental, ou seja, agir de modo a magoar ou ferir alguém, pois ser agressivo significa agir de forma a ferir o sujeito;

2) o fator intencional, que compreende a intenção da agressão, já que o agressor tem por intenção magoar o outro, o que estabelece, portanto, a diferença entre agressão e um simples acidente; para o comportamento ser considerado agressivo, é necessário que exista o interesse por parte do agressor de causar dano à vítima ou ao objeto alvo da agressão (Anderson & Bushman, 2002 & Berkowitz, 1993).

3) o fator motivacional, definido como motivo para executar a agressão;

4) o fator situacional, que engloba o contexto social da agressão, tendo em vista que a interpretação do ato como sendo, agressivo ou não, vai depender do julgamento moral e do contexto social onde ocorre a agressão (por exemplo, um pai que bate no seu filho pode ser julgado de diferentes formas, dependendo da cultura na qual está inserido) (Andrade, 2003).

Em suma, pode-se considerar a agressão como uma resposta que é dada através de um estímulo aversivo, com intenção de prejudicar e causar danos no outro, em que a vítima se encontra motivada para evitar esse estímulo prejudicial.

1.2.2 Tipos de agressão

Tal como não existe consenso no que respeita à definição de agressão, o mesmo se verifica no que se refere à tipificação deste construto. De uma forma geral, podemos dizer que a agressão se manifesta de quatro formas:

- 1) Agressão física ou verbal;
- 2) Agressão direta ou indireta/social;
- 3) Agressão hostil ou reativa;
- 4) Agressão instrumental ou proativa.

Podemos distinguir a agressão tendo em conta os seus mecanismos, nomeadamente agressão verbal, quando está ligada a uma ação na qual se utilizam palavras ou expressões

verbais de forma a magoar ou humilhar o outro (e.g. insultar), ou agressão física, quando existe uma agressão intencional levada a cabo através de um ataque físico e/ ou através da utilização de algum objeto (Scharfetter, 2002).

A agressão pode se classificada entre direta ou indireta. A agressão direta caracteriza-se por incluir atos de confronto direto, ou seja, cara a cara, que geralmente ocorrem durante uma interação social (Anderson e Huesmann, 2003). Na agressão indireta o alvo não se encontra presente, não existe interação social com o alvo e não há contacto direto, podendo existir através de uma terceira pessoa. Este tipo de agressão também e frequentemente chamada de agressão social ou relacional, pois poderá existir manipulação das relações sociais, relações de amizade e estatuto social (Anderson & Huesmann, 2003; Ramirez & Andreu, 2003). Também os autores Young & Balaban (2003) defendem a existência da agressão social, descrevendo-a como sendo dirigida danificar a autoestima do outro, o seu estatuto social, ou ambos, utilizando para tal formas diretas (e.g., rejeição verbal, expressões faciais ou movimentos corporais negativos) ou indiretas (e.g., exclusão social, espalhar rumores, boatos). Costa e Vale (1998) consideram também a agressão social, expressa na exclusão do grupo de pares, por ser alvo de rumores desagradáveis ou pelo facto de ninguém falar com o indivíduo.

De outra forma, a agressão pode ainda ser distinguida segundo a sua intencionalidade, por instrumental ou proativa, ou hostil ou reativa (Myers & Twenge, 2017). A agressão hostil ou reativa é definida como uma explosão de raiva e fúria pouco controlada e que aparenta ser uma reação defensiva ao bloqueio de objetivos, provocação ou frustração que tem como propósito ferir ou atacar o outro (e.g. um assassino) (Green & Donnerstein, 1998).

Por outro lado, a agressão instrumental ou proactiva, define-se como um comportamento controlado, quase ritualístico, pouco emotivo, deliberado, centrado em objetivos externos, cuja motivação prende-se com a obtenção de uma recompensa alheia à própria agressão (Dodge & Coie, 1987). Ou seja, também pretende ferir, mas apenas como um meio para chegar a outro objetivo (e.g. terrorismo e as guerras). Não devemos considerar esta divisão como sendo fixa, uma vez podem existir pessoas que alternem entre agressividade instrumental e hostil, em função do objetivo, sendo motivadas por vezes pela vontade de obter algo e, noutros momentos, pelo desejo de ferir.

Com uma visão diferente, também os autores Buss & Perry (1992) defenderam uma manifestação multidimensional da agressão, nomeadamente: a agressão física (atos como bater, empurrar, chutar), a agressão verbal (atos como insultar e gozar), a raiva (reações de fúria e irritação) e a hostilidade (desconfiança em relação aos outros).

De forma a explicar o comportamento agressivo, Buss & Perry (1992) propuseram uma estrutura que procura relacionar quatro dimensões da agressão situando a componente

cognitiva (Hostilidade) como desencadeador proximal do afetivo (Raiva) e este, por sua vez, como sendo responsável por produzir o comportamento agressivo (Agressão Física/ Agressão Verbal), sendo este último a componente instrumental ou motora do comportamento. A raiva proporciona excitação fisiológica e preparação para agressão, representando a componente emocional ou afetiva do comportamento. Finalmente, a hostilidade, traduz-se em sentimentos de má vontade ou de injustiça, representando a componente cognitiva do comportamento (Buss & Perry, 1992). Resumindo, esta perspectiva considera a agressividade um construto tripartido: instrumental, afetivo e cognitivo.

1.2.3 Fatores associados à agressão

Existem fatores que parecem ter um papel preponderante na influência da agressão, nomeadamente o consumo de álcool e drogas, o estado civil, uma vez que existem estudos que apontam que os indivíduos solteiros estão mais propensos a desenvolver comportamentos agressivos, e a idade que aparece associada inversamente à agressão (Vieira & Soeiro, 2002 citado por Ferreira, 2015).

Segundo Piko (2001), a autora destaca os fatores demográficos, pessoais, socioculturais, e ambientais, salientando a idade e o sexo como fatores cruciais nestas interações.

Em relação às diferenças entre sexos associadas à agressão, identificam-se resultados bastante variados na literatura, havendo uma tendência para considerar que os homens são mais agressivos do que as mulheres, sendo algo que também é transversal a culturas e gerações. Existem ainda alguns estudos que diferenciam o tipo de agressão, sendo que a agressão física está mais ligada aos homens e por sua vez a agressão verbal e psicológica mais representativa do sexo feminino.

Simões (1993) no seu estudo de tradução do Agression Questionnaire (Buss & Perry, 1992) para a língua portuguesa verificou diferenças significativas relacionadas com a agressão em geral e a agressão física, em que participantes do sexo masculino apresentaram médias superiores comparativamente com os do sexo feminino.

De acordo como o que foi exposto anteriormente, existem estudos que defendem que existem diferenças de sexo na manifestação de agressão, existindo indicativos de que elas dependem do tipo de agressão. Para alguns investigadores a agressão de forma indireta e verbal é mais comum nas mulheres, sendo que a agressão direta e física é mais comum nos homens (Ramirez & Andreu, 2003; Tapper e Boulton, 2004). Nesse sentido, aparentemente, as

agressões físicas são mais características do sexo masculino, enquanto que as mulheres usam mais estratégias indiretas de agressão (Sisto, Bartholomeu, Rueda, & Granada, 2005).

Para Piko (2001), as diferentes formas de reação ou de respostas podem emergir dos processos de socialização que contribuem para os estereótipos referentes aos sexos. A autora acrescenta ainda, que as diferenças nos estilos de resposta surgem no processo de socialização, na interação com a família, educadores e amigos, quando são internalizados os estereótipos referentes aos sexos, podendo direcionar a tendência masculina a agir com maior agressividade em situações nas quais as mulheres tenderiam a não o fazer, procurando outras formas para resolver os problemas.

Ainda no estudo de Sisto, Bartholomeu, Rueda & Granada (2005), os autores procuraram diferenciar manifestações agressivas em função do sexo dos estudantes universitários. Alguns dos resultados encontrados sugeriram que os homens tenderam a incomodar mais as outras pessoas, destruir coisas que não lhes pertenciam, enganar e violar regras, desrespeitando a sua própria segurança e a dos outros. Também culpavam as vítimas por coisas que fizeram, praticaram coação para obter favorecimentos, além de não demonstrarem arrependimento pelos seus atos e agredirem pessoas e animais, entre outras manifestações. Por sua vez, manifestações como ser manipulador, irritadiço, utilizarem ataques de birra para alcançarem objetivos, discutir excessivamente, humor deprimido e baixa tolerância a frustrações, foram características encontradas nas mulheres. Nesse sentido, os autores concluíram que certas condutas seriam mais peculiares a indivíduos mais agressivos de um sexo ou de outro.

1.2.4 Teorias explicativas da agressão

Diversas foram as teorias desenvolvidas para a compreensão da agressão que vão desde o contexto social, até posições estritamente biológicas. Estas teorias tentam trazer a compreensão sobre as causas prováveis da agressão, para permitirem explicar, prever e, potencialmente, modificar o comportamento.

Como o objetivo primordial deste estudo não consiste numa apresentação exaustiva de cada uma das teorias explicativas da agressão, fez-se apenas uma pequena apresentação de algumas das teorias que existem de forma a dar resposta à origem da agressão. Podemos resumir dizendo que são várias teorias desenvolvidas para a compreensão do comportamento agressivo, e que a agressão é tanto uma consequência da adaptação aos fatores psicossociais e ambientais, quanto uma consequência dos efeitos biológicos no desenvolvimento psicossocial. Assim, tanto as características individuais como as variáveis contextuais, vão exercer influência na manifestação e manutenção dos comportamentos agressivos.

Ao analisar as causas da agressão, a psicologia social focou-se principalmente em três grandes grupos, nomeadamente: a agressão como fenómeno biológico, a agressão como resposta à frustração e a agressão como comportamento social aprendido.

A visão da agressão como fenómeno biológico centra-se numa teoria baseada nos estudos de Freud e Lorenz, defendendo que a agressividade humana nasce de impulsos autodestrutivos, sendo considerada inata, desaprendida e universal. Embora exista pouca sustentação científica para esta ideia é verdade que a agressividade é biologicamente influenciada pela hereditariedade, influencias bioquímicas (álcool, testosterona, alimentação pobre) e pelo cérebro.

No que diz respeito à agressão como resposta à frustração, em primeiro lugar devemos esclarecer o conceito de frustração que é entendido como um bloqueio de um comportamento que impeça o alcance de um determinado objetivo, intensificando-se em três situações: (1) quando a motivação para alcançar um objetivo é muito forte; (2) quando se espera receber gratificações; e (3) quando bloqueio ocorre por completo (Myers & Twenge, 2017). De acordo com esta teoria, a frustração causa raiva e hostilidade ao indivíduo, pelo que ao sentir-se frustrado frente a um obstáculo que o impede de atingir o seu objetivo, a resposta resultante levaria a uma agressão. Contudo, várias foram as críticas a esta teoria, uma vez que a frustração pode atuar como facilitadora da agressividade, não sendo necessariamente uma condição para a sua manifestação.

Uma terceira visão é a da agressão como um comportamento aprendido, baseada nos trabalhos de Bandura, a teoria da aprendizagem social, defende que uma das maneiras de aprendizagem do comportamento é através da observação, a qual pode ocorrer através de recompensas ou da punição, onde os indivíduos tendem a comportar-se de maneira similar aos modelos avaliados. Esta propõe que os comportamentos humanos são produtos da interação recíproca e contínua entre determinantes cognitivas, comportamentais e sociais (contextuais). Assim, a agressão é um comportamento aprendido não só pela experiência, mas também pela observação dos outros. Bandura (1979) demonstrou através dos seus experimentos como é que as crianças aprendem os comportamentos agressivos através da observação de modelos. Os pesquisadores apresentaram filmes com conteúdos violentos a um grupo de crianças, que reproduziram as cenas de agressão apresentada. Verificaram ainda que as crianças que se sentiam recompensadas pelo comportamento agressivo, tendiam a reforçar esse comportamento, por outro lado, aquelas crianças que não recebiam um reforço (elogio, gratificação) tendiam a extinguir o comportamento (Bandura et al. referido por Myers & Twenge, 2017).

Bandura (1979) defendia ainda que todos os dias estamos expostos a modelos agressivos tanto na família, como na nossa cultura, tal como nos média. As crianças agressivas tendem a ter tido uma educação agressiva por parte dos pais que as disciplinavam com

modelos de agressão como gritos e bofetadas. Relativamente à cultura, o ambiente social fora de casa fornece modelos, que vão sendo passados de geração em geração. Assim podemos afirmar que tanto a família como a cultura, têm um papel preponderante na influência da agressão.

Nos dias de hoje, existem alguns autores que vão mais longe e fazem uma distinção mais alargada para a explicação das causas da agressão incluindo para além das explicações já mencionadas, modelos integrativos mais recentes, como por exemplo o cognitivismo neo-associacionista, processamento da informação, interacionismo social e finalmente o modelo geral de agressão (Kristensen, Lima, Ferlin, Flores e Hackmann, 2003).

A agressão é afinal um comportamento humano complexo e, por isso, é duvidoso que uma única teoria consiga, por si só, dar resposta à explicação da sua natureza. Devemos então, analisa-la à luz dos vários modelos biológicos, psicológicos e sociais que envolvem conceitos que são considerados potenciais responsáveis pela ocorrência destes comportamentos agressivos.

1.3 Violência vs Agressividade

Após a exposição dos conceitos de violência e agressividade, conseguimos compreender que não é fácil fazer uma distinção entre estes dois termos. Podemos afirmar que as fronteiras existentes entre as noções de violência e agressividade são muito ténues e apesar de existir uma relação estreita entre elas, são construtos diferentes entre si.

A violência constitui uma expressão de agressividade primária não elaborada (Sá, 1999; Strecht, 2002), que pode resultar em lesões, mal-estar, danos psicológicos, morte, exclusão social e/ou isolamento social (Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009). Enquanto atitude, a violência implica necessariamente um ato humano direcionado a outro ser humano, com todas peculiaridades subjetivas características do seu comportamento social (Silva, Rodrigues, Diego & Lourenço, 2005). A apetência para cometer atos violentos está intimamente relacionada com os fatores sociais, nomeadamente com o registo do percurso de vida pessoal de cada pessoa e o seu ambiente familiar (entre outros).

Por sua vez, a agressividade é uma característica inerente a todo e qualquer ser humano, fazendo parte da sua componente afetiva.

Para alguns autores, a agressividade é entendida como um comportamento guiado por instintos (característico às espécies animais), enquanto a violência é o produto da interação entre biologia e cultura e pressupondo uma consciência intencional (Abramovay et al. 2009; Estévez et al. 2008; Fackin, 2006). Toda a violência poderá edificar-se através da

agressividade, mas esta não constitui o seu único fator explicativo. A agressividade estaria, desta forma, relacionada ao indivíduo e à sua vida psíquica, repleta de motivações quase biológicas (pulsionais), ao passo que a violência estaria associada a fatores mais culturais e sociais (Peres, 2008).

Assim, a agressividade é considerada como uma forma natural do comportamento social de todos os seres vivos, sendo que, esta diverge quando associada à espécie humana quando é apresentada com a finalidade de violência. A agressividade é uma característica da personalidade de extrema importância (Harris, 1995). Vários autores (e.g., Laplanche & Pontalis, 1970; Leigh, Pare, & Marks, 1981 referido por Cunha, 2012) concordam que se trata de um traço da personalidade que pode ter várias formas de expressão, visando, em todo o caso, o dano a outrem, a sua destruição, coação ou humilhação.

De igual modo é possível observar que os termos “agressão” e “violência” são muitas vezes usados como sinónimos, embora se defina violência como algo mais restrito e específico.

Na visão de Anderson & Bushman (2002), a agressão é qualquer comportamento dirigido a outro indivíduo com a intenção de prejudicar. Por sua vez, defendem que a violência é um subtipo de agressão com o objetivo de causar danos extremos entre indivíduos humanos. Nesse sentido, toda a violência é uma agressão, porém muitos casos de agressão, não são violentos. A título de exemplo, exemplificam que uma criança que empurra outra de um triciclo é considerada um ato de agressão, contudo não de violência.

Winnicott (2002), vê a violência como uma exteriorização da agressividade inata através da agressão, quando existe alguma falha no contexto ambiental que promove aquilo a que o autor denomina de destrutividade.

Resumindo, a agressividade é algo inerente a todo e qualquer ser humano, podendo manifestar-se em diferentes intensidades em cada um dos indivíduos, por sua vez, a agressão é quando existe a aplicação de um estímulo nocivo a alguém, indo de encontro ao termo violência que se caracteriza por causar danos extremos entre os indivíduos humanos, e onde devemos analisar o contexto em que esta ocorre bem como a influência da cultura.

Assim, podemos concluir que os termos violência, agressividade e agressão apesar de constituírem conceitos distintos, na sua definição e delimitação ainda apresenta algumas lacunas, levantando algumas questões relativamente à abrangência de cada um dos termos em particular. Porém a precisa delimitação destes três conceitos ainda não reuniu um total consenso entre os investigadores, os quais optam, muitas vezes, por centrar essa discriminação em três fatores fundamentais: a intencionalidade do comportamento, os danos provocados e a dimensão física ou verbal do mesmo (Matos, 2006).

1.4 Violência nas relações íntimas

Após uma abordagem aos diferentes conceitos de agressividade e violência, torna-se pertinente explorar o tema de violência focando-nos especificamente na temática deste estudo, as relações íntimas. Esta está inserida dentro da temática violência, sendo uma forma de manifestação da violência contra a(o) companheira(o). A violência nas relações de intimidade distingue-se das restantes formas de violência pelo contexto romântico em que ocorre (Wolfe, Crooks, & Scott referido por Costa, 2016).

O ser Humano é uma espécie relacionável, construindo interligações de afeto com os outros (Oliveira & Sani, 2005). Este tem desejos e necessidades, assim sendo, as relações interpessoais que vai adquirindo ao longo da vida, permitem o seu próprio desenvolvimento (Santos, 2013). Nas relações de conjugalidade e de intimidade existem interligações entre os elementos da mesma, estando deste modo envolvidos por fatores emocionais e sexuais, partilhando desta forma objetivos e responsabilidades referentes às suas vidas em conjunto (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009). Nestas ligações o conflito pode surgir como sendo uma componente, onde estão presentes manifestações de violência negativa relativamente ao outro, sendo que a ofensa interpessoal perpetuada no relacionamento é influenciada pelas características culturais e sociais (Oliveira & Sani, 2005).

Os termos violência doméstica, violência conjugal e violência nas relações de intimidade são muitas vezes utilizados com significados próximos, assim, antes de prosseguir com abordagem desta temática, torna-se pertinente fazer uma pequena distinção entre eles.

A violência doméstica é considerada um crime, que engloba comportamentos contra a integridade da pessoa (vítima) a nível físico e moral, sendo que a vítima vai perdendo a sua própria identidade no decorrer do tempo (Mendes & Cláudio, 2010), para os autores Manita, Ribeiro e Peixoto (2009), esta engloba todos os atos violentos continuados ou padrões de controlo coercivo impostos, direta ou indiretamente, sobre qualquer sujeito quer resida no mesmo agregado familiar ou não, seja companheiro/a, ex-companheiro/a ou familiar. No que concerne à violência conjugal, é considerada uma dimensão da violência doméstica, sendo que resulta em atos violentos executados por um elemento ou ex-elemento da relação sobre o outro. Relativamente à violência nas relações de intimidade, este conceito engloba os atos opressivos praticados entre elementos envolvidos, em diversos géneros de relacionamentos íntimos, como por exemplo violência nas relações de namoro (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009). Como podemos observar, todos eles englobam atos violência física, psicológica e sexual, cometidos por pessoas do outro ou do mesmo sexo, com quem a vítima manteve ou mantém uma relação, com ou sem coabitação (Ventura, Ferreira, & Magalhães, 2013). Ao

longo da presente investigação, tal como já fizemos referência, optamos por falar em violência nas relações de intimidade.

Lewis e Fremouw (referido por Costa, 2016), associam a violência na intimidade, a uma panóplia de comportamentos que atuam sob forma de dominar, controlar ou denegrir o parceiro íntimo, causando e algum tipo de dano físico, psicológico, sexual, ou de outro tipo.

A investigação científica sobre o tema da violência nas relações de intimidade começou por privilegiar, durante cerca de duas décadas, o casamento/ união de facto enquanto principal objeto de estudo, negligenciando outros contextos relacionais. A década de 60 ficou marcada pelo desenvolvimento de inúmeros estudos no âmbito da violência conjugal, contudo, nos dias de hoje é evidente que a violência na intimidade não se restringe a esse contexto relacional. São várias as evidências de que a violência também ocorre, e não é menos prevalente, nas uniões de facto, nos períodos pós-separação, nas relações homossexuais, nas relações de namoro e ocasionais (Antunes & Machado, 2012).

Até aos anos oitenta, a dimensão e gravidade da violência nas relações de intimidade eram um fenómeno desconhecido, e só em 1981 surge um estudo pioneiro na área da violência na intimidade juvenil, desenvolvido por Makepeace nos Estados Unidos da América. Este estudo veio, assim, revelar que um em cada cinco estudantes universitários era afetado por este problema e que 61% da amostra revelava conhecer jovens com experiências de namoro abusivas (Caridade & Machado, 2012). A ênfase na violência marital e subsequente omissão da violência ocorrida em outros domínios relacionais foi igualmente evidente no contexto científico português. Não obstante a esse tardio interesse pelo estudo da violência nas relações de intimidade, é hoje evidente o aumento progressivo dos estudos de prevalência e das dinâmicas violentas subjacentes a este tipo de relacionamentos.

A violência nas relações de intimidade é um problema que atinge não só os adultos, mas também os jovens adolescentes e os jovens adultos (Caridade, 2011).

Vários foram os estudos realizados a nível internacional e nacional que vieram provar que a violência não era exclusiva de relações maritais, mas sim, que também poderia iniciar-se em faixas etárias mais precoces. Muitos destes estudos foram realizados com população pertencente ao ensino superior.

No estudo Oliveira e Sani (2005), realizado a 227 estudantes, com idades compreendidas entre os 18 e 50 anos, na Universidade Fernando Pessoa em Lisboa, foi utilizado o Inventário de Comportamentos de Violência nas Relações Íntimas (Machado, Matos e Gonçalves, 2001), tendo os resultados indicado que 52% dos inquiridos admitiram ter agredido o/a seu/sua companheiro/a, e 42% admitiram ter sido vítimas de agressão nas suas relações de intimidade.

Num outro estudo realizado por Oliveira (2011) em que se pretendia avaliar os resultados de um programa de prevenção em violência no namoro, foi possível constatar que a violência no namoro está presente em 25% dos jovens universitários.

Paiva & Figueiredo (2005), numa amostra de estudantes universitários, encontraram 53.5% dos participantes que admitiram atos de violência verbal, 18.9% de coerção sexual e 16.7% de violência física de gravidade moderada a baixa.

Num estudo posterior a nível nacional, com uma amostra em larga escala e que envolvia jovens de diferentes níveis de ensino, Machado, Caridade e Martins (2009), verificaram que 30.6% dos participantes envolvidos numa relação amorosa admitiam ter perpetrado atos abusivos contra os seus parceiros durante o último ano, 22.4% a nível emocional e 18.1% de agressão física. A perpetração de ambas as formas de violência era reconhecida por 10.6% dos participantes e as agressões físicas severas era admitida por 7.3% (Antunes & Machado, 2012).

Duarte e Lima (2006) realizaram um estudo com 429 estudantes do ensino secundário e universitário, solteiros e com experiência de namoro. Dos/as inquiridos/as, 10,7 % revelaram ter estado envolvidos em situações de violência física, e 38,2% em situações de violência psicológica nas suas relações íntimas, quer como agressores ou como vítimas. Neste estudo, destacaram-se a violência física (14,8%) e a violência psicológica (43,8%) como as mais frequentes junto dos estudantes universitários.

Costa e Sani (referido por Caridade, 2011) investigaram a prevalência, frequência e severidade dos vários tipos de abuso junto de 345 estudantes do Ensino Universitário. Os resultados revelaram uma prevalência de 69% de perpetração e de 61,4% de vitimização relativamente à violência psicológica. A perpetração de abuso físico sem sequelas era de 28%, sendo de 19,8% a incidência das ações de coerção sexual. A vitimização em situações de abuso físico sem sequelas era de 26,7%, enquanto na coerção sexual a taxa de vitimização era de 24,4 %.

Alguns autores como Bergman (referido por Monteiro, 2015) afirmam que entre 12% a 59% dos estudantes universitários já foram alvo de algum tipo de abuso nas suas relações amorosas.

Em Portugal, estima-se que um em cada quatro jovens é vítima de violência nas relações de intimidade (APAV, 2012). Alguns estudos mais recentes indicam que entre 30% a 60% dos jovens universitários já experimentaram, pelo menos uma vez, violência física nas suas relações afetivas íntimas (Moura, 2012). Nesta linha, 15.5% de jovens envolvidos em relações amorosas afirmaram já ter sido vítimas de violência, pelo menos uma vez e 21.7%

admitiram ter sido agressores (Machado, Matos & Moreira referido por Caridade & Machado, 2006).

A violência nas relações de intimidade tem sido referida como largamente cometida por homens contra mulheres, mas essa violência ocorre também em casais do mesmo sexo e por mulheres contra homens. Alguns estudos, principalmente em amostras de estudantes e casais em relações de namoro, têm revelado uma percentagem significativa de homens que experienciou situações de violência pelos seus parceiros íntimos. No entanto, a grande maioria das vítimas continua a ser feminina (Ferreira, Magalhães & Ventura, 2013).

Os fatores de risco estão associados a uma maior probabilidade de violência por parceiro íntimo tanto para a vitimização, como para a perpetuação. Caridade (2011), listou um conjunto de fatores de risco que podem influenciar uma maior predisposição à violência nas relações de intimidade. Assim, esta autora, inspirada em alguns autores como Lewis e Fremow (2001), e Vézina e Hébert (2007), dividiu-os em diferentes categorias: fatores familiares (e.g., observar violência interparental); fatores ambientais (e.g., características dos grupos de pares); fatores sociodemográficos (e.g., género); fatores intrapessoais (e.g., autoestima); fatores interpessoais (e.g., duração da relação); fatores situacionais (e.g., consumo de álcool e/ou drogas). De ressaltar que estes fatores podem contribuir para o comportamento de violência nos parceiros íntimos, contudo podem ser ou não causas diretas destes mesmos, na medida que nem todos os indivíduos com fatores de risco identificados cometem comportamentos violentos (Shannon, 2009).

Fatores familiares: Monteiro (2015), ao rever vários estudos conclui que a violência na família pode ser um forte preditor da violência nas relações de intimidade. Segundo Paiva e Figueiredo (2003), crianças que sofreram maus-tratos durante a infância apresentam maior probabilidade para manterem relações amorosas futuras marcadas por comportamentos violentos. Isto pode significar que, uma criança que tenha assistido a maus-tratos entre os pais, venha mais tarde, numa relação amorosa, a permanecer numa relação violenta, pois aprendeu estes comportamentos por imitação e modelagem (Oliveira, 2011).

Fatores ambientais: a influência dos pares pode determinar comportamentos violentos nas relações íntimas (Caridade, 2011). A convivência com pares que já tenham tido experiências de violência íntima, quer como vítimas, quer como agressores, constitui um fator preponderante para a violência na intimidade juvenil (Arriaga & Foshee, 2004; Kinsfogel & Grych, 2004; Tontodonato & Crew, 1992). A violência na escola e na comunidade poderá ser um fator que modele comportamentos agressivos e assim promova comportamentos violentos nas relações de intimidade (O’Keefe citado por Monteiro, 2015).

Fatores sociodemográficos: existem algumas variáveis que é necessário ter em conta, nomeadamente o género, o grupo socioeconómico e a idade.

No que diz respeito à variável gênero muitos têm sido os estudos que se debruçam nela como principal foco de investigação, suscitando grande debate e por vezes alguma polémica. Os primeiros estudos neste domínio, nomeadamente o estudo pioneiro nesta área, Makepeace, começou por reportar elevados indicadores de vitimização feminina e elevados indicadores de agressão masculina. Assim, Makepeace (1981) conclui que as raparigas tinham mais probabilidades de descrever experiências de vitimização e os rapazes, experiências de agressão. Com o progredir da investigação nesta área, outros resultados foram emergindo e, na década de 90, vários estudos concluíram a existência de níveis similares de vitimização entre rapazes e raparigas (e.g., Follette & Alexander; Perry & Fremouth; Straus referido por Caridade & Machado 2013).

Relativamente ao nível socioeconómico, verifica-se que os resultados se têm mostrado inconsistentes. Se por um lado alguns estudos mostraram uma relação positiva entre níveis socioeconómicos médios-altos e a perpetração masculina da violência íntima (Rivera-Rivera, Allen-Leigh, Rodríguez-Ortega, Chávez-Ayala, & Lazcano-Ponce, 2007), outros registaram precisamente o inverso, pois foi nas classes socioeconómicas médias-baixas que foram registados níveis de violência mais elevados (e.g., Castro e Ruiz, 2004; Rivera-Rivera, et al., 2006).

Segundo O'Keefe (1998) as pessoas com níveis socioeconómicos mais baixos tendem a adotar mais comportamentos violentos na intimidade, tornando-se por isso num grupo de risco para esta violência devido a fatores de diversa ordem, nomeadamente, stress provocado eventualmente por desemprego, problemas financeiros e eventual menor capacidade de coping. Tendo em conta que estas variáveis podem aumentar a probabilidade de recurso a violência, estes comportamentos podem também ser percecionados como normativos para as relações íntimas (citado por Caridade e Machado, 2013).

Também a idade se tem vindo a revelar um fator pouco consensual entre a comunidade científica. Um grande número de estudos considera a idade irrelevante, contudo, alguns estudos revelaram que as raparigas mais velhas têm maior probabilidade de virem a ser vítimas (Caridade & Machado, 2013).

Fatores intrapessoais: Segundo Caridade (2011) alguns problemas psicológicos como a depressão, os comportamentos suicidas e uma baixa autoestima podem estar na origem de fatores de risco para a ocorrência de violência nas relações íntimas.

Fatores interpessoais: Questões como a satisfação com a relação, as estratégias de resolução de problemas e as competências de comunicação são preponderantes para a ocorrência de comportamentos violentos na intimidade juvenil (Lewis & Fremow citado por Caridade & Machado, 2013).

Fatores situacionais: vários são os estudos que apontam que o consumo de substâncias constitui um fator de risco preponderante para a violência nas relações de intimidade. Pois pode provocar “uma desinibição e perda de controle, que pode levar a que as pessoas digam ou façam algo que provoque conflito interpessoal e agridam verbal e fisicamente o outro mais rápido do que se este consumo não existisse” (McDonell, Ott & Mitchell, p. 1462 citado por Caridade & Machado, 2013).

1.5 Crenças e violência na intimidade

1.5.1 Caracterização das crenças e a sua relação com a violência

No contexto desta investigação, assume-se uma particular importância em abordar e estudar as crenças e a sua relação com a violência, já que diferentes crenças acerca deste problema poderão influenciar a conduta daqueles que nele se encontram envolvidos.

É bem assente a importância da cultura e a sua influência na estruturação dos relacionamentos. É, pois, natural, que essa interferência se estenda também à violência (Fernández, 2006).

A violência é um eterno problema social e não se tem dados de nenhuma sociedade onde a violência não tenha estado presente (João & Lourenço, 2017). Torna-se então necessário perceber o impacto e as normas sociais que destas advém. Avaliar as crenças sociais e culturais permitirá melhorar o entendimento das reações dos indivíduos envolvidos e perceber o contexto em que essas práticas surgem para uma posterior procura de soluções desta problemática (Machado, Matos, & Gonçalves, 2006). Uma vez que as crenças em conjunto com outros fatores são responsáveis pelas atitudes humanas.

A violência surge num determinado contexto social, na relação com o outro, onde esta relação é orientada por crenças, valores e atitudes que são oriundas de determinada cultura (Guimarães & Campos, 2007). Desta forma, a cultura assume um papel crucial no entendimento das crenças. De uma forma geral, a cultura inclui todos os valores, atitudes, crenças e padrões de comportamento de uma sociedade que detém e pratica esses mesmos (Pournaghash-Tehrani, 2011). Destaca-se assim, a família como a menor unidade de uma sociedade, que ensina às crianças as crenças, as atitudes e como estas se devem comportar em sociedade. Se estas crenças e atitudes defenderem os maus tratos ao companheiro, podem contribuir para a ocorrência de comportamentos agressivos e violentos entre os membros da família (Pournaghash-Tehrani, 2011).

Para melhor entendermos este tema, devemos ter em conta que uma crença pode ser definida como um pensamento, um sentimento ou uma predisposição para acreditar que algo é verdadeiro. Normalmente as crenças são vistas como involuntárias, moldadas através das evidências, independentes do contexto, dependentes daquilo que é considerado verdade e caracterizadas em diferentes graus (Hakli, 2006).

Torna-se então necessário conhecer as crenças em relação à violência, pois muitas delas representam formas estereotipadas de se entender este fenómeno, tendo como consequências a sua negação e a sua normatização, além de ser propício a criação de justificações erróneas a respeito do mesmo. O nosso saber e a nossa compreensão são construídos com apoio nas interações com os outros, não acontecendo apenas pelas características pessoais, mas fundamentalmente pelas interações sociais. Observamos e compreendemos o que nos rodeia não apenas pela nossa perspectiva, mas com influência das ideias e comportamentos daqueles que nos estão próximos. Assim, o fenómeno da violência encontra-se ligado às representações sociais e o que julgamos ou não violento tem origem num quadro de referência baseado em vivências anteriores (Machado, 2010; Mendes & Cláudio, 2010).

Como referi anteriormente, as crenças pessoais de cada indivíduo surgem através das interações que vão sendo estabelecidas com o mundo exterior, principalmente através da partilha de experiências e da transmissão das mesmas. A pessoa visualiza o mundo não só através do seu ponto de vista, mas também do ponto de vista dos outros com quem interage. As crenças vão sendo então construídas em função do que os outros dizem ou pensam e do acordo interno estabelecido entre isto e o que o próprio sujeito pensa (Silva, Rodrigues, Diego & Lourenço, 2005 referido por Machado, 2010). Esta ideia é reforçada por Ajzen e Cote (2008), sendo que, segundo estes, as nossas motivações e cognições são resultantes das nossas crenças. Deste modo e de acordo com os autores, as nossas respostas são baseadas nas crenças, uma vez que estas são a informação a que temos acesso para nos relacionarmos com o mundo e com os outros.

A violência na sociedade está rodeada de uma série de elementos, mitos, crenças, justificações e explicações que fazem com que as coisas pareçam uma coisa que realmente não são. As crenças sociais são um elemento determinante para a eternização da violência, contribuindo para a legitimação desta (Albarracin, Wang, Li & Noguchi, 2008; Soares & Cláudio, 2010), sendo necessário atuar neste sentido.

1.5.2 Crenças nas relações íntimas

Ao abordarmos a temática da violência nas relações de intimidade, torna-se necessário compreender o contexto, quais os mitos que existem, e as crenças envolvidas e o significado de violência para cada indivíduo.

A análise das condutas violentas deve ser realizada num contexto social, histórico e económico, onde ambos os sexos desempenham papéis, oportunidades e posições sociais, diferentes (Caridade & Machado, 2006). Para procurar explicar a origem da violência nas relações de intimidade, temos de deixar de lado a visão simples de vítima e agressor, e dirigir atenção ao reconhecimento de mitos e crenças sobre a violência (Aldrighi, 2004).

Ao falar de violência é necessário ter em conta as representações sociais e a categorização do que é considerado violento ou não-violento para cada pessoa e de acordo com às mais diversas situações (Ventura, Ferreira & Magalhães, 2013). As crenças que cada indivíduo possui podem ser favoráveis/ aprovadoras ou não da violência, funcionando assim como um preditor desse comportamento. Assim, as crenças são ativadas quando um indivíduo se depara com uma situação sobre a qual deve tomar uma decisão acerca do comportamento a adotar.

De forma a clarificar, podemos dizer que as crenças representam um papel de rapidez para a violência, uma vez que os indivíduos com crenças favoráveis à violência vão ter uma maior probabilidade de aceitar, e até executar um comportamento violento, por outro lado, quem possui crenças não legitimadoras da violência, tem menor probabilidade de aceitar e adotar comportamentos semelhantes.

De um modo geral, o fenómeno da violência na intimidade é na sua maioria explicado por crenças socioculturais como a distribuição do poder desigual na família, estereótipos de género e a socialização diferencial dos dois sexos, tornando-se grandes preditores para este tipo de violência, tanto na adolescência como na idade adulta (Machado, Matos, & Gonçalves, 2006).

Atualmente, encontra-se associado à violência na intimidade a crença de que esta é natural e privada, o que juntamente com as normas sociais, políticas e religiosas contribuem para a perpetuação e legitimação desta problemática (Casique & Furegato, 2006). De acordo com Guimarães e Campos (2007) existe uma disposição cultural para se considerar fenómenos de violência explícita (atos agressivos) como sendo, além de frequentes, ‘comuns’, ‘naturais’ e até ‘banais’, destituindo a violência do lugar da excecionalidade, para se tornar uma vivência do quotidiano. De acordo com os mesmos autores, o que caracteriza fundamentalmente esta noção de banalização da violência é a legitimação do uso da agressão

(física ou simbólica) como forma de regulação/resolução de conflitos de interesses, seja entre pessoas ou grupos.

Existem outras crenças relacionadas com a violência nas relações de intimidade, nomeadamente: (1) a violência ocorre apenas em classes sociais baixas, com baixos estatuto socioeconómico e baixa escolaridade; (2) os episódios de violência são provocados pelo abuso de substâncias como o álcool e pelas drogas; (3) o homem não consegue controlar os seus impulsos; (4) o agressor é violento em todas as suas ações e relações interpessoais; (5) as mulheres devem ficar com os seus parceiros sob qualquer circunstância, para que os filhos possam crescer com a família unida; (6) as mulheres gostam de sofrer; (7) se não existe ciúme entre o casal, não existe amor; (8) se o homem violento se arrepende ou se desculpa, isso permitirá que mude a sua conduta abusiva; (9) bater é prova de amor (e.g. “Bato-te porque gosto de ti”); (10) o lar é um espaço privado, onde ninguém deve interferir; (11) a situação da mulher vai mudar é apenas uma questão de esperar e ser mais compreensiva ;(12) a violência é natural, sempre existiu e vai continuar a existir (Casique & Furegato, 2006).

A forma como a violência é encarada é uma consequência de crenças erradas, que constituem o resultado da socialização e são interiorizadas desde cedo influenciando os comportamentos (Mendes & Cláudio, 2010).

A bibliografia dedicada à explicação da violência sobre as mulheres tem evidenciado que os homens e as mulheres frequentemente têm perspetivas totalmente diferentes no que concerne ao que constitui um comportamento violento. Estudos de Mooney (1993; citado por Shipway, 2004) e Hearn (1996; citado por Shipway, 2004) demonstraram que as mulheres consideram violência na intimidade comportamentos que impliquem crueldade emocional, ofensas (“chamar nomes”), gozar, gritos, ameaças, bofetadas, violência física com e sem ferimentos, empurrões, atirar objetos e sexo forçado, enquanto que os homens classificam como abusos apenas os atos de extrema violência física que provoquem marcas explícitas.

Muitas destas crenças que legitimam a violência estão ligadas à desigualdade existente entre homens e mulheres. Parece que a violência no lar permanece associada, de uma forma estreita e intrínseca, a relações de poder assimétrico entre géneros, mantendo-se o modelo dominador-dominado, típico de um sistema patriarcal, ainda vigente em grande parte das sociedades ocidentais, como em Portugal (Barroso, 2007). Neste sentido, os homens com mais poder, têm o privilégio de controlar os outros membros da família, com o consentimento das mulheres, das crianças e da sociedade em geral. Não podemos omitir que, com frequência, estas ideias são reconstruídas e transmitidas diariamente por adultos de ambos os sexos quando educam as crianças (Félix, 2012).

Devido aos fatores socioculturais e religiosos, foram desenvolvidas crenças sobre os papéis dos homens e das mulheres a serem desempenhadas nas relações. Emergiu a crença de

superioridade masculina e conseqüente legitimação de direito de propriedade dos homens sobre as mulheres. Neste sentido, devido à aceitação da esfera matrimonial como domínio privado, o percurso para a visibilidade da violência foi-se prolongando (Soares & Cláudio, 2010).

Para González-Ortega, Echeburúa e Corral (2008), as crenças e atitudes mais tolerantes da violência contra as mulheres constituem um fator de risco para a ocorrência de abuso. As crenças mais conservadoras sobre os papéis de homem e de mulher estão relacionadas com a tendência dos homens a usar a violência e culpar as mulheres pela violência sofrida e das mulheres para justificar, ou pelo menos desculpar os comportamentos dos agressores. Consideram ainda que, entre os jovens, há uma crença, principalmente entre os rapazes, de que o uso de violência (ameaças, empurrões, humilhação, ...) é aceitável para a resolução de conflitos interpessoais.

Têm sido vários os estudos a demonstrar que os jovens de ambos os géneros possuem baixa concordância com a legitimação da violência, mas alguns jovens consideram legítimo o uso da violência em contexto relacional, podendo mesmo entendê-la como prova de amor. No entanto, a APAV (2012) é concludente ao afirmar que a violência nunca é a forma de manifestar amor ou paixão pelo outro, assim como os ciúmes não servem de justificação para a prática de comportamentos violentos.

Nos estudos portugueses com a população em geral, ou com estudantes, ou com profissionais de saúde e polícias, têm-se verificado uma tendência para a discórdia com as crenças que legitimam a violência (Machado, 2005; Machado, Gonçalves, Matos, & Dias, 2007; Machado, Matos, & Moreira, 2003; Machado, et al., 2009). Numa dessas investigações, os resultados mostraram uma diferença clara de género na violência conjugal, sendo que os parceiros masculinos relataram atos mais violentos (Machado, et al., 2007).

Num estudo realizado em Portugal por Machado, Matos & Moreira (2003) com estudantes universitários, onde se utilizou a escala de crenças sobre violência conjugal, apurou-se que a maioria dos sujeitos no geral tem um baixo nível de concordância com as crenças que legitimam a violência. Embora, no que diz respeito às diferenças de género entre homens e mulheres, a população masculina fosse mais tolerante a este fenómeno, apresentando resultados mais elevados de aceitação/tolerância da violência. O sexo masculino tende a considerar a violência como aceitável dependendo da situação e dos comportamentos da mulher.

No estudo de Mendes e Cláudio (2010), os autores chegaram às mesmas conclusões, que existem diferenças significativas entre os géneros em relação às crenças de legitimação da violência, sendo que o género masculino evidencia uma maior aceitação no que concerne à aceitação da violência, banalizam a pequena agressão nas relações, responsabilizam as

mulheres por determinadas práticas que resultam na violência doméstica, justificam a mesma devido a causas externas e dão maior relevância à preservação da privacidade familiar comparativamente ao género feminino. Ainda no mesmo estudo, os autores revelam que a banalização da violência por parte dos mais jovens, caracterizam esses comportamentos agressivos como simples atos de ciúme e amor, o que dificulta a tomada de consciência dos mais jovens para a gravidade deste tipo de conduta.

Também a autora Caridade (2011) através de um estudo em que foi aplicada a ECVC com amostras de jovens de ambos os sexos dos ensinos universitários, revelou níveis baixos de legitimação dos comportamentos violentos mostrando diferenças significativas nos dois sexos, sendo que o masculino mostrou uma maior aceitação da violência.

No estudo desenvolvido por Ventura, Ferreira e Magalhães (2013) expõe que a maioria dos estudantes inquiridos são, em maior percentagem (68,9%), discordantes com as crenças e atitudes legitimadoras da violência, no entanto surgem também respostas de concordância (11,8%). Por conseguinte, os estudantes do sexo masculino apresentam respostas mais concordantes com a legitimação da violência, tanto no global da escala como em cada um dos fatores de legitimação. A fim de desculpabilizar o agressor, os inquiridos justificam as condutas violentas apontando causas externas (e.g., álcool e desemprego).

Também no estudo de Caridade (2008), em que um dos objetivos se prendia em caracterizar as atitudes dos jovens relativamente à violência contra parceiros amorosos, procurando identificar o grau de tolerância/ legitimação em relação a estes comportamentos e crenças específicas que concorrem para a sua legitimação, numa população constituída por 4667 jovens do ensino secundário, universitário e profissional foi possível detetar diferenças significativas, com participantes do sexo masculino a apresentarem um maior grau de tolerância ao abuso na intimidade, estas diferenças foram perceptíveis no nível global de legitimação de violência, quer em cada um dos fatores.

Assim, verifica-se uma tendência para o sexo masculino ser mais legitimadores da violência, o que pode ser explicado pela estrutura tradicional de género, indo de encontro ao que foi exposto anteriormente, onde o homem domina nas relações de intimidade entre parceiros e ainda se verifica uma aparente contradição entre a desaprovação da violência e a sua utilização por parte dos parceiros. Uma hipótese explicativa que os autores Machado et al. (2007) apresentam para a aparente contradição entre os dados sobre as atitudes e os comportamentais consiste num dilema que os indivíduos enfrentam entre as mensagens culturais com as quais foram educados e em que acreditam, e as mensagens culturais que recebem agora, e nas quais também acreditam.

Relativamente, à variável sociodemográfica idade, o estudo de Machado e colaboradores (2007) demonstrou que os participantes mais velhos apresentavam maior grau

de apoio nas crenças que legitimam o abuso pelo parceiro, apesar de não encontrar diferenças significativas entre grupos. No estudo desenvolvido por Harrison & Jasinski (2005 citado por, Machado, 2010), com jovens universitários, que revelou uma estreita e significativa associação entre a idade e as percepções acerca da violência no namoro, denotando que à medida que a idade aumentava, a aceitação da violência psicológica diminuía.

Também no estudo de Mendes e Cláudio (2010), foi estudado a legitimação da violência nas faixas etárias, os resultados encontrados foi que os participantes até aos 20 anos de idade apresentaram resultados mais elevados de aceitação do que os estudantes da faixa etária dos 21 aos 25 anos de idade. Nos estudantes até aos 20 anos de idade obtiveram resultados que demonstram que têm maior tendência para menosprezar a pequena violência na relação de namoro, consideram com maior constância que as mulheres merecem este tipo de maus tratos nas relações, culpabilizam a violência devido aos fatores externos e consideram crucial salvaguardar a intimidade da relação comparativamente à faixa etária dos 21 aos 25 anos de idade, sendo crucial a intervenção para prevenir o aumento da violência no futuro, pela tendência de se tornar perpetua. Também no estudo de Afonso (2010) em que os participantes são casais (casamento, união de facto ou outra) e em que foi utilizada a E.C.V.C., os resultados foram similares.

No estudo já referido anteriormente de Caridade (2008), foi possível concluir que a legitimação de violência é menor nos estudantes mais velhos, nos que frequentam o ensino superior e os participantes que estão envolvidos em relacionamentos amorosos. Estes autores interpretam a maior legitimação da violência entre os adolescentes mais novos (ao nível do ensino secundário) como resultante da menor experiência relacional e subsequente tendência para concordar com os mitos dominantes sobre o significado dos comportamentos violentos. Pelo contrário, a maior maturação dos jovens mais velhos (e.g., pensamento mais abstrato, maior capacidade de perceber a perspectiva do outro) e o desafio suscitado pelas próprias relações amorosas (que induz, por vezes, uma maior consciência, maturidade relacional e capacidade de reflexão e crítica sobre estas temáticas) emergem na literatura (e.g., Matos et al., 2006) como explicações prováveis para a menor tolerância à violência evidenciada nos escalões etários mais velhos e nos grupos formativos mais avançados.

De igual modo, outros autores (cf. Bastos, 1999 cit. Machado et al., 2003) defendem que a entrada no contexto universitário implica, frequentemente, a saída do lar e múltiplas descobertas pessoais que, por sua vez, tendem produzir mudanças substanciais ao nível das atitudes e valores.

As crenças que legitimam a violência têm um profundo impacto no entendimento que as vítimas e os agressores têm sobre o fenómeno, podendo também intervir nas suas condutas: manter-se na relação abusiva/denunciar as agressões; desvalorizar a

violência/modificar o comportamento abusivo (Machado, Matos e Moreira, 2003). Como tal, é importante perceber de que maneira a violência é interpretada pelos intervenientes, tendo em atenção que esta dimensão está associada às normas culturais que atuam sobre as percepções dos indivíduos e que não são imutáveis.

Num estudo desenvolvido em Portugal (Barroso, 2007) em que se fez o levantamento das causas apontadas para a violência, o principal motivo para a violência nas relações amorosas em Portugal foi o ciúme (53,7%), seguido do alcoolismo (27,4%), fatores que servem também de atenuante da gravidade do ato por parte da vítima, revelando uma forte ambiguidade no juízo que esta faz do agressor. Outros fatores com menor expressão estatística foram as questões relacionadas com a vida privada (e.g. divórcio), a gravidez não desejada, os problemas económicos, a toxicodependência e os problemas de saúde.

Na investigação realizada por Cortez, Padovani & Williams (2005), as agressões têm como causas o facto de os agressores serem consumidores de substância ilícitas e lícitas, serem ciumentos, terem uma visão centrada nas diferenças entre géneros, sendo que essas situações podem-se desencadear devido a fatores externos como o desemprego ou outros conflitos. Embora estes fatores possam estar presentes para que o comportamento violento ocorra, não devem ser encarados como o principal fator desencadeante ou unilaterais de tal comportamento.

No estudo de Ribeiro e Sani (2008) menciona as razões atribuídas pelos jovens estudantes para legitimar a violência entre parceiros íntimos nomeadamente as características da vítima, razões externas ao agressor e ainda ausência de ligação entre o perpetrador e a vítima.

1.6 Objetivos e hipóteses

1.6.1 Questão de investigação e objetivos

Após tudo o que foi exposto, está claro que um dos maiores desafios que se coloca à sociedade atual, consiste em perceber a violência nas relações de intimidade e a forma como as crenças podem facilitar a legitimação dessa violência. Não só pelas suas consequências negativas afeta a vários níveis, mas também, pelas diferentes formas que pode assumir, desde situações mais impercetíveis, até um culminar de agressões mais graves e cada vez mais preocupantes. No entanto, é do conhecimento geral que a violência nas relações íntimas, é um problema que cada vez mais, afeta muitas famílias e atualmente é entendido como uma responsabilidade pública, sendo que o presente estudo surge como forma de compreender este fenómeno.

Deste modo, pretende-se com esta investigação avaliar os níveis de agressão de uma amostra de estudantes universitários, bem como, investigar as suas crenças acerca da violência nas relações de intimidade, verificando qual o seu grau de tolerância/ aceitação a essa violência, assim como, perceber qual a relação entre estas duas variáveis.

Foram, portanto, objetivos desta investigação:

1. Avaliar e caracterizar os níveis de agressão num grupo de estudantes universitários;
 - 1.1. Analisar a agressão e as suas componentes (agressão física, agressão verbal, raiva e hostilidade) numa amostra de estudantes;
 - 1.2. Caracterizar a agressão em função de variáveis sociodemográficas como o sexo, idade e natureza do relacionamento dos participantes.
2. Investigar as crenças dos estudantes universitários sobre o conceito de violência nas relações íntimas com o intuito de verificar qual o seu grau de tolerância/ aceitação da violência;
 - 2.1. Caracterizar as crenças acerca da violência em função de variáveis sociodemográficas como o sexo, a idade e a natureza da relação dos participantes;
 - 2.2. Perceber quais os tipos de crenças que levam à legitimação da violência nas relações de intimidade.
3. Analisar as relações existentes entre os níveis de agressão dos estudantes universitários e as suas crenças acerca da violência nas relações íntimas.

1.6.2 Formulação das hipóteses

Após a apresentação dos vários objetivos da investigação, formularam-se as seguintes hipóteses de trabalho:

H1: Considerando a variável sexo, existem diferenças significativas entre os participantes relativamente à agressão, sendo que os participantes do sexo masculino apresentam níveis mais elevados de agressão do que as participantes do sexo feminino.

H2: Considerando a variável sexo, existem diferenças significativas entre os participantes relativamente às crenças que legitimam a violência nas relações de intimidade, sendo que os

participantes do sexo masculino apresentam níveis mais elevados de crenças sobre a violência do que as participantes do sexo feminino.

H3: Existem diferenças significativas na agressão e nas crenças acerca da violência de acordo com os escalões etários, sendo que as faixas etárias mais jovens possuem níveis de agressão e crenças de violência mais altas comparativamente a faixas etárias mais adultas.

H4: O diferente estado civil dos participantes diferencia de forma estatisticamente significativa a agressão e as crenças que estes apresentam sobre a violência nas relações de intimidade.

H5: Existe uma relação estatisticamente significativa entre as manifestações agressivas e as crenças acerca da violência.

Capítulo 2 - Método

Ao longo do presente capítulo, será abordado e descrito qual a metodologia e procedimentos implementados para a realização da presente investigação. Assim, farei uma exposição da apresentação do estudo, seguida da caracterização dos participantes e instrumentos a que se recorreu para obtenção dos dados necessários para a investigação e por fim uma breve exposição dos procedimentos estatísticos utilizados.

2.1. Opções metodológicas

Este estudo surge enquadrado num projeto de investigação denominado “Projeto Violência 360° - Abordagem clínica, familiar, social e comunitária da violência interpessoal em diferentes populações” que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico que permita a compreensão e descrição do fenómeno da violência nas relações íntimas, as suas causas e consequências. O estudo foi desenvolvido sob uma orientação de natureza quantitativa, permitindo assim responder aos objetivos propostos. De uma forma geral, o método quantitativo pretende explicar e prever um fenómeno através da medida de variáveis e pela análise numérica, através de testes e procedimentos estatísticos (Fortin, 2006). O presente estudo é ainda de cariz transversal (*cross-sectional*) dado que a recolha da amostra se obteve num único momento. Apresenta um carácter descritivo pois visa documentar fenómenos interessantes. Trata-se de um estudo comparativo visto que permite comparar duas ou mais variáveis com o objetivo de entender a diferença entre as mesmas. No que concerne ao design de investigação utilizou-se o design correlacional ou observacional, pois foi através da aplicação de um questionário que obtemos informação relativamente à nossa amostra, de modo a, posteriormente, descrever e prever comportamentos.

Através deste estudo pretende-se como já foi mencionado avaliar os níveis de agressão de uma amostra de estudantes universitários e investigar as suas crenças acerca da violência nas relações de intimidade. Assim, recorreu-se ao uso de variáveis dependentes como o comportamento agressivo e as crenças sobre a violência e ao uso de variáveis independentes nomeadamente as variáveis sociodemográficas como o sexo, a idade, e a natureza da relação dos participantes.

2.2 Participantes

Para levar a cabo a investigação constituiu-se uma amostra de quinhentos e três alunos do ensino superior, sendo este um critério de inclusão obrigatório. Todos os questionários foram preenchidos, contudo alguns alunos deixaram questões por responder, no entanto, a validade interna do instrumento não fica alterada face às ausências de respostas.

Em seguida são apresentadas as características sociodemográficas da amostra (Tabela 1,2,3,4,5).

Pela leitura da Tabela 1, observa-se que nesta amostra 282 alunos (56,1%) são participantes do sexo feminino e 219 alunos (43,5%) do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 17 e os 34 anos de idade, sendo a média de idades de 21 anos ($M=20.98$) e desvio-padrão de 3.77 ($DP=3.77$), tal explica-se, porque como se pode observar na tabela 1, 41.9% da amostra tem idade compreendida entre os 20 e 22 anos. Neste sentido, o grupo de participantes com idades compreendidas entre os 17 e 19 anos abarca 178 indivíduos (35.4%), o grupo de 20 aos 22 anos é constituído por 211 indivíduos (21.9%).

No que concerne ao estado civil, 236 participantes não têm nenhum tipo de relacionamento íntimo, por outro lado, quase metade da amostra mantém um relacionamento íntimo. Percebemos que destes 249 sujeitos, 180 (35.8%) namoram sem viver juntos e 37 (7.4%) namoram e vivem juntos. Relativamente à orientação sexual da amostra, observa-se que uma ampla maioria (85,5%) dos participantes se identifica com uma orientação heterossexual. De considerar que 46 pessoas não responderam a esta questão.

Tabela 1
Caracterização sociodemográfica da amostra (N=503)

Variável		N	Percentagem (%)
Género	Feminino	282	56.1
	Masculino	219	43.5
Idade	17 aos 19 anos	178	35.4
	20 aos 22anos	211	41.9
	> 23 anos	110	21.9
Relacionamento Íntimo	Sim	249	49.5
	Não	236	46.9
Tipo de Relacionamento	Sem Compromisso	24	4.8
	Namoro sem viver juntos	180	35.8
	Namoro a viver juntos	37	7.4
Orientação Sexual	Heterossexual	430	85.5
	Homossexual	17	3.4
	Outra	10	2.0

Relativamente às diferentes nacionalidades destes alunos, como podemos observar na tabela 2, uma vasta maioria é portuguesa (89.1%). No entanto, 53 alunos têm nacionalidade angolana, argentina, boliviana, brasileira, alemã, francesa, holandesa, cabo Verdiana, moçambicana, moldava, nigeriana, polaca, russa, santomense, suíça e ucraniana.

Tabela 2

Caracterização da nacionalidade dos indivíduos (N=503)

Variável		N	Percentagem (%)
Nacionalidade	Portuguesa	448	89.1 %
	Outra	53	10.5%

No que diz respeito à faculdade onde estão inscritos os sujeitos da amostra, através da tabela 3, podemos constatar que esta é constituída em grande parte por alunos da Escola Superior de Artes Aplicadas (40%), sendo a menor percentagem de alunos referentes à Faculdade de Engenharia (10.9%). No entanto, também recolhemos informação na Faculdade de Ciência Sociais e Humanas, Escola Superior de Saúde e Faculdade de Artes e Letras.

Tabela 3

Caracterização da frequência de alunos, de acordo com a faculdade onde estão inscritos (N=503)

Variável		N	Percentagem (%)
Faculdade	Escola Superior de Artes Aplicadas	204	40.0
	Escola Superior de Saúde	74	14.5
	Faculdade de Artes e Letras	69	13.5
	Faculdade de Engenharia	58	11.4

Quanto aos cursos que agregam mais alunos na nossa amostra, são os cursos de Design (11.4%), Economia (11%) e Farmácia (10.6%), respetivamente. Por sua vez os cursos menos representados são o curso de Estudos Portugueses e Espanhóis, Marketing e Vestuário têxtil (0.2%) apenas um aluno em cada um dos referidos cursos, como se pode observar na tabela 4.

Tabela 4

Caracterização da frequência de alunos, de acordo com o curso que frequentam (N=503)

Variável	N	Porcentagem (%)
Ciências Políticas e Relações Internacionais	32	6.4
Ciências da Cultura	12	2.4
Ciências do Desporto	16	3.2
Cinema	23	4.6
Comunicação Estratégica	14	2.8
Design	58	11.5
Design Comercial	32	6.4
Design Interiores	27	5.4
Design Moda	7	1.4
Curso Design Moda têxtil	41	8.2
Design de Desenvolvimento de Jogos	10	2
Design de Multimédia	8	1.6
Economia	56	11.1
Enfermagem	20	4
Engenharia Aeronáutica	24	4.8
Engenharia Informática	9	1.8
Estudos Portugueses	1	0.2
Farmácia	54	10.7
Informática	21	4.2
Marketing	1	0.2
Música	35	7
Vestuário	1	0.2

Por fim, quando questionamos a nossa amostra se porventura tinha algum tipo de acompanhamento psicológico, percebemos que apenas vinte e quatro sujeito (4.8%) é acompanhado psicologicamente. Quando questionados porquê percebemos que nenhum dos motivos mencionados está diretamente relacionado com qualquer forma de agressividade ou violência.

Tabela 5

Caracterização da distribuição de alunos que dispõem de acompanhamento psicológico (N=503)

Variável	N	Porcentagem (%)
Acompanhamento Psicológico		
Não	436	86.7
Sim	24	4.8

2.3 Instrumentos

O protocolo usado no estudo geral “Projeto Violência 360° “, é constituído por 8 instrumentos dos quais, para a presente investigação se selecionaram os considerados pertinentes e adequados tendo em conta os objetivos deste projeto de investigação: (1) Questionário Sociodemográfico; (2) Questionário da Agressão (Buss & Perry, 1992); (3) Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (Machado, Matos & Gonçalves, 2000).

- **Questionário Sociodemográfico**

Este questionário foi elaborado no âmbito do estudo, e foi aplicado com objetivo de recolher, de forma rápida, direta e simples, um vasto leque de informações sobre os participantes. Assim, recolhe informação sobre a idade, sexo, nacionalidade, curso e ano que frequenta, local de residência(concelho), com quem reside habitualmente e durante o período escolar, informação relativa aos pais, nomeadamente, grau de escolaridade, estado civil. São ainda abordadas questões relativas há existência de algum tipo de relacionamento íntimo e a sua orientação, bem como orientação sexual e por fim se possui algum tipo de acompanhamento psicológico/psiquiátrico.

- **Questionário da Agressão (QA)**

O Questionário da Agressão (Aggression Questionnaire) é um dos instrumentos mais populares para medir a agressão, tendo sido traduzido em varias línguas e estudado em múltiplos contextos culturais. Este foi elaborado originalmente na língua inglesa por Buss Perry (1992), tendo sido traduzido e adaptado para português por Simões (1993). O QA foi baseado no Hostility Inventory, criado em 1957 pelos autores Buss e Durkee (Buss & Perry, 1992).

Este questionário é composto por 29 itens e foi utilizado com o objetivo de medir os componentes da agressão que estão divididos em quatro subescalas diferentes: agressão física (itens 1 a 9); agressão verbal (itens de 10 a 14); raiva (itens 15 a 21) e hostilidade (itens 22 a 29). As subescalas “agressão física” e “agressão verbal” representam a componente instrumental ou motora dos comportamentos que envolvem magoar o outro, onde um dos objetivos principais é a tentativa de exercer o poder sobre o outro; a “raiva” representa a componente emocional do comportamento agressivo e por fim a “hostilidade” a componente cognitiva do comportamento, abordando perceções negativas gerais sobre os outros, consiste nos pensamentos de maldade e justiça (Buss & Perry, 1992).

Os participantes devem responder a cada um dos itens avaliando as respostas numa escala tipo *Likert* de 5 pontos, de 1= “Muito raro em mim” a 5= “Muito frequente em mim”. Relativamente à cotação do instrumento, a mesma é feita com base no somatório do resultado obtido em cada item (de 1 a 5). De salientar que o item 7 é cotado de forma inversa. Em termos de pontuação, a amplitude da subescala agressão física varia entre 9 e 45 pontos, sendo a pontuação média de 19,85 para os homens e 16.95 para as mulheres. A amplitude da subescala agressão verbal varia entre 5 e 25 pontos, sendo a pontuação média de 13.69 para os homens e 12.83 para as mulheres. A subescala raiva tem uma pontuação que pode variar entre 7 e 35, sendo 22.64 o valor médio para os homens e 22.43 o valor médio para as mulheres. Por fim, a subescala hostilidade pode ter um resultado que varie entre 8 e 40 pontos, sendo a média masculina de 19.49 pontos e a feminina 18.62 pontos. Os resultados apresentados têm por base o estudo de Simões (1993). A amplitude total da escala varia entre 29 e 145 pontos, sendo que quanto mais elevada for a pontuação registada, maior será o nível de agressão apresentado pelo sujeito.

No estudo original, os valores médios do total da escala foram de 77.8 pontos para os homens e de 68.2 pontos para as mulheres. Neste instrumento a variável agressão é contínua e sem pontes de corte, pelo que quanto maior a pontuação obtida, mais agressivo o indivíduo é. (Buss & Perry, 1992). No estudo de Simões, os valores médios do total da escala foram de 75.67 pontos para os homens e de 70.84 pontos para as mulheres.

No que respeita à fidelidade, o estudo original de Buss e Perry (1992) apresentou uma consistência interna elevada, tendo os autores verificado um alfa de Cronbach geral de 0.89 e *alphas de Cronbach*: 0.85 para a agressão física, 0.72 para a agressão verbal, 0.83 para a raiva, 0.77 para a hostilidade.

No estudo que deu origem à tradução do instrumento os fatores revelaram uma consistência interna satisfatória. Assim, da análise decorreram os seguintes *alphas de Cronbach*: 0.80 para a agressão física, 0.60 para a agressão verbal, 0.81 para a raiva, 0.73 para a hostilidade e 0.87 para a escala total (Simões, 1993).

▪ Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (ECVC)

A Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal foi desenvolvida por Machado, Matos e Gonçalves no ano de 2000 e validada para a população portuguesa. Esta escala foi utilizada de forma a permitir avaliar as atitudes e crenças relativamente à violência física e psicológica, exercida nas relações do tipo conjugal. Esta mede o grau de legitimação/tolerância da violência, bem como os fatores que contribuem para essa aceitação. Sendo esta uma escala de atitudes, permite-nos conhecer as representações dos sujeitos sobre o fenómeno. Valores

mais elevados representam uma maior legitimação das crenças e das atitudes sobre a violência conjugal.

Esta escala pode ser utilizada com a população adulta em geral. A escala apresentada é do tipo *Likert*, constituída por 25 itens apresentados numa escala de resposta de 5 pontos (desde 1= discordo totalmente, até 5= concordo totalmente). Os itens são cotados de 1 a 5, em sentido direto. A pontuação total da escala é obtida pelo somatório direto das respostas a cada um dos itens (pontuação máxima possível de 125). Pode, ainda, ser calculada a nota para cada fator, pela soma da pontuação dos itens que o integram. Assim, a pontuação total da escala mede o grau de tolerância/aceitação do sujeito quanto à violência conjugal (física e/ou emocional) e a pontuação em cada um dos fatores permite-nos perceber melhor o tipo de crenças específicas envolvidas nesta tolerância à violência.

A estrutura fatorial desta escala identifica quatro fatores, nomeadamente : 1) o fator “legitimação e banalização da pequena violência” onde estão incluídos os itens relacionados com as crenças que normalizam a pequena violência (“insultos”, “bofetadas”...) (nos itens 2, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25); 2) o fator “legitimação da violência pela conduta da mulher” (“má esposa”; “infiel”...) refere-se à justificação da violência conjugal pelo comportamento da mulher (é constituído pelos itens 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 23); 3) o fator “legitimação da violência motivada por causas externas” justifica a violência através de fatores externos (“álcool”; “desemprego”)(incluí os itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10; e por último, 4) o fator “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” desculpabiliza a violência pela proteção da intimidade familiar (“A violência conjugal é um assunto privado”...) (constituído pelos itens 1, 7, 8, 9, 15 e 17).

A escala tem um elevado grau de consistência interna (0.93), medida através do coeficiente alpha de Cronbach, que revela que a E.C.V.C. é uma escala com uma fidedignidade alta (Machado, Matos & Gonçalves, 2006).

2.1 Procedimentos

No que diz respeito aos procedimentos, primeiramente efetuou-se uma pesquisa da literatura existente sobre a temática, nomeadamente o levantamento de investigações de forma a encontrar alguma lacuna, ou factos pertinentes a serem alvo de estudo. Após o estabelecimento e a clarificação dos objetivos do estudo, foram definidas variáveis e instrumentos que iriam ser usados.

A construção do protocolo, bem como a recolha de dados, foi elaborada em conjunto com os investigadores associados ao projeto “Violência 360°”, desta forma, permitiu ter um maior número de inquiridos num curto espaço de tempo. Foram selecionados os diversos instrumentos pertinentes a cada investigação, bem como o consentimento informado, salvaguardando os princípios éticos e deontológicas, onde se utilizou um vocabulário relativamente acessível a todos os indivíduos e onde se explicava todo o processo de recolha de dados, nomeadamente que os dados recolhidos seriam unicamente para fins estatísticos.

Posto isto, os dados do questionário sociodemográfico, do QA e da ECVC, foram inseridos numa base de dados, utilizando o programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS), versão 23.0 para se proceder à sua análise estatística.

Na investigação vigente foram utilizadas três medidas estatísticas, as medidas de tendência central, onde se inclui a média (\bar{x}), a moda (M_o), a mediana (M_d), as medidas de dispersão como o desvio padrão (DP) e as medidas de frequência, representadas pelas frequências absolutas (n°) e relativas (%), o valor máximo ($X_{max.}$) e o valor mínimo ($X_{min.}$) consoante aquilo que se propõe a estudar. As análises efetuadas tiveram como ponto de partida os objetivos traçados a priori para o estudo.

Num primeiro momento, verificou-se a consistência interna das duas escalas utilizadas na investigação. Para tal, recorreu-se ao cálculo do coeficiente de Alfa de Cronbach (α) sendo que os seus valores podem oscilar entre 0 e 1. Especificamente, para valores inferiores a 0.6 são considerados inaceitáveis, entre 0.6 e 0.7 a consistência é designada razoável, entre 0.7 a 0.8 apresenta boa consistência, entre 0.8 e 0.9 admite-se como muito boa, e por fim, valores superiores a 0.9 são avaliados por terem uma consistência interna excelente (Pallant, 2007).

Na análise da consistência interna do total obtido no Q.A os valores globais da consistência interna da nossa escala situaram-se num nível elevado ($\alpha=0,90$), o que se encontra de acordo com os resultados obtidos anteriormente noutras investigações. No que concerne aos quatro fatores identificados nesta escala, estes apresentaram também valores de consistência interna adequados. A destacar, a agressão física um valor de alfa de Cronbach de 0.7; a agressão verbal apresentou um valor baixo, porém ainda aceitável de 0.6; na raiva uma consistência interna de 0.8; e na hostilidade um alfa de Cronbach com um valor de 0.8.

Por sua vez, na análise da consistência interna da E.C.V.C., no que concerne aos quatro fatores identificados nesta escala, estes apresentaram também valores de consistência interna adequados. A destacar, no fator 1 (legitimação e banalização da pequena violência) um valor de alfa de Cronbach de 0.9; no fator 2 (legitimação da violência pela conduta da mulher) um valor de 0.8; no factor 3 (legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas) uma consistência interna de 0.7; e no fator 4 (legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar) um alfa de Cronbach com um valor de 0.7. Também os

valores globais da escala se situaram num nível elevado ($\alpha=0.90$), revelando assim que a nossa escala ostenta uma consistência com valores consonantes com estudos anteriores.

Posteriormente, seguiu-se a análise exploratória dos dados com o objetivo de decidir o tipo de teste estatístico a que se deveria recorrer para testar os objetivos, nomeadamente testes paramétricos ou testes não paramétricos. Dado que a amostra apresenta uma dimensão bastante superior a 30 ($N=503$), pode-se considerar que a distribuição se aproxima da distribuição normal, recorrendo-se por isso à utilização de testes paramétricos pois, segundo o Teorema do Limite Central (Maroco, 2011), uma amostra superior a 30 sujeitos é considerada grande, sendo suficiente para assumir a normalidade da distribuição e a realização de testes paramétricos.

Assim, no âmbito dos testes paramétricos utilizou-se o *t* de Student (*t*) para verificar se existiam diferenças estatisticamente significativas entre grupos nos resultados das várias escalas, de acordo com a variável género. Para a interpretação dos valores decorrentes deste procedimento atendeu-se ao resultado do teste de *Levene* para igualdade de variâncias.

Ainda no âmbito dos testes paramétricos recorreu-se à ANOVA para analisar se são encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos nos resultados das várias escalas de acordo com várias variáveis sociodemográficas (Alexandre, 2006; Maroco, 2007).

No sentido de averiguar ligações entre a agressão e as crenças acerca da violência procedeu-se ao cálculo de correlações através do coeficiente de Pearson de modo a analisar o grau de associação/correlação existente entre as duas escalas em estudo. Este coeficiente varia entre -1 (associação negativa perfeita) e +1 (associação positiva perfeita), sendo que o valor 0 indica a inexistência de correlação entre variáveis (Martins, 2011).

Na análise estatística realizada assumiu-se o intervalo de confiança de 95%, considerando estatisticamente significativos os testes com probabilidades iguais ou inferiores a 0.05, aceitando assim que há diferenças significativas entre os grupos avaliados (Martins, 2011).

Capítulo 3 - Resultados

Ao longo deste capítulo serão anunciados os resultados obtidos na presente investigação que foram trabalhados e analisados mediante o programa SPSS. Num primeiro momento serão apresentados dados de natureza descritiva respeitantes aos questionários da agressão e ao questionário que avalia as crenças sobre violência nas relações de intimidade. Posteriormente segue-se, então, a exposição da estatística inferencial, onde serão testados e analisados os dados obtidos relativos aos objetivos colocados.

3.1 Análise descritiva dos dados

Inicialmente, começamos por analisar a magnitude dos indicadores de agressão e crenças acerca da violência nos participantes no estudo.

Por uma questão de sistematização concetual, apesar de conhecer a agressão como variável contínua, estabelecemos um ponto de corte imaginário que nos pudesse orientar na interpretação dos resultados. Desta forma, conhecendo o valor mínimo (29) e máximo (145) do instrumento, definimos a mediana teórica (87) como sendo indicador de algum nível de agressão. Assim, como é possível observar na tabela 6, cerca de 5% (24 sujeitos) da amostra têm comportamentos agressivos, importa salientar que um dos constituintes da amostra atingiu o valor máximo possível de manifestação agressiva.

Tabela 6

Análise descritiva da frequência de agressão (N=503)

	Frequência	Porcentagem (%)
Agressão abaixo da mediana teórica	450	89.5 %
Agressão acima da mediana teórica	24	4.8 %

Analisando a tabela 7, apresentam-se as estatísticas descritivas da escala QA, bem como das suas subescalas. Podemos observar que na escala total da agressão, a média da amostra foi de 62.90 (DP = 14.04), obtendo um valor mínimo 29 e o máximo 145.

Calculamos também as medias respetivas dos vários fatores do instrumento, tendo sido a hostilidade o fator que mais se realçou com uma média de 19.98 (DP= 4.71), seguindo-se a agressão física que apresenta uma média de 18.85 (DP = 5.25), a raiva 15.19 (DP = 3.50) e por fim, com um valor mais baixo a agressão verbal 9.06 (DP = 2.81).

Tabela 7

Análise descritiva do total e das subescalas do QA (N=503)

Itens	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	N
Agressão Física	9	45	18.85	5.25	488
Agressão Verbal	5	25	9.06	2.81	485
Raiva	7	35	15.13	3.50	486
Hostilidade	8	40	19.98	4.71	483
Total Q. A.	29	145	62.90	14.04	474

Tal como fizemos anteriormente com a variável agressão, também optamos por fazer o mesmo com variável das crenças acerca da violência, estabelecemos um ponto de corte imaginário que nos pudesse orientar na interpretação dos resultados. Desta forma conhecendo o valor mínimo (25) e o máximo (125) da escala, definimos a mediana teórica de 75 como sendo indicador de crenças legitimadoras da violência nas relações íntimas.

Da análise da tabela 8, olhando para as crenças e a legitimação da violência, percebemos que apenas quatro pessoas legitimam a violência, no entanto, elas fazem parte desta amostra. Pelo que podemos concluir que de forma geral, a nossa amostra não apresenta crenças que legitimem a violência nas relações de intimidade.

Tabela 8

Análise descritiva da frequência de legitimação das crenças de violência (N=503)

	Frequência	Porcentagem (%)
Nenhuma ou baixa legitimação crenças	473	94 %
Legitimação de crenças	4	0.8 %

Através da análise da tabela 9, podemos verificar as médias referentes ao total da E.C.V.C., bem como das suas subescalas. Numa primeira análise, verifica-se que a amostra estudada obteve uma pontuação média de 41.03 com um desvio padrão de 11.06 (sendo que a pontuação podia variar entre 25 e 125 pontos). A pontuação mínima foi de 25 e a máxima de 105.

Para efeitos de comparação, foi também calculada a média das respostas aos itens que compõem os quatro fatores da escala. Estes cálculos permitiram concluir que existe uma tendência de resultados mais elevados no fator 1, nomeadamente a legitimação e banalização

da pequena violência (\bar{x} =23.68; DP=7.73), o que nos indica que os sujeitos tendem a concordar mais com os itens que compõem este fator do que com os restantes. Relativamente às outras subescalas, seguiu-se o fator 2, legitimação da violência pela conduta da mulher (\bar{x} =15.61; DP=4.95), o fator 3 legitimação da violência por atribuição a causas externas (\bar{x} =14.52; DP= 4.12) e por fim o fator 4 legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar apresentando a média mais baixa (\bar{x} =11.30; DP= 3.57).

Tabela 9

Análise descritiva do total e das subescalas do ECVC (N=503)

Itens	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	N
Fator 1	16	76	23.68	7.73	487
Fator 2	10	46	15.61	4.95	489
Fator 3	8	27	14.52	4.12	494
Fator 4	6	26	11.30	3.57	494
Total E.C.V.C.	25	105	41.03	11.06	480

Considerou-se que seria interessante perceber quais os tipos de padrões de resposta dos indivíduos avaliando quais as respostas mais comuns aos itens da escala. Realizou-se então um cálculo do somatório das pontuações separando-os pelos 5 tipos de resposta que o questionário permite. Através da análise da tabela 10, constatou-se assim que a maioria das respostas dadas pela amostra evidenciam uma tendência no sentido de discordância quanto às crenças legitimadoras da violência conjugal. A maioria da amostra 57.8%, discordam totalmente das afirmações que são apresentadas no questionário, sendo que apenas uma minoria 1.2% da amostra, concordou totalmente com as mesmas. Existe ainda um número significativo de respostas 1284 (10.3%) que não concorda, nem discorda das afirmações, podendo demonstrar uma falta de interesse na problemática da violência nas relações de intimidade ou então indicar que os participantes ponderaram a utilidade das mesmas em determinadas situações.

Tabela 10

Distribuição das percentagens pelo tipo de resposta aos itens da E.C.V.C (N=503).

Variável	Frequência Absoluta (Fi)	Percentagem (%)
Concordo totalmente	149	1.2%
Concordo	516	4.1%
Nem concordo nem discordo	1284	10.3%
Discordo	3326	26.6%
Discordo totalmente	7231	57.8%

Analisando de forma mais pormenorizada todas as questões da E.C.V.C., através da tabela 11, conseguimos observar que em alguns itens existiu um grande número de alunos a concordarem ou a concordarem totalmente com eles, destacam-se o item 1,3,4,6,8,9 e 13. Estes itens são referentes as seguintes crenças: “O problema dos maus tratos dentro do casamento afeta uma pequena percentagem da população”; “Os maus tratos só ocorrem quando há outros problemas dentro da família (p. ex., desemprego, consumo de drogas, problemas de dinheiro)”; “O mais importante para as criança é que a família permaneça unida, mesmo quando há violência no casal”; “A causa da violência é o abuso do álcool”; “ Os homens batem nas mulheres apenas quando estão de cabeça perdida, por algum problema nas suas vidas ou por alguma coisa que elas fizeram”; “Se as mulheres se portarem como boas esposas não serão mal tratadas; e por fim, Algumas mulheres merecem que lhes batam”.

Tabela 11

Análise pormenorizada de cada item da ECV C (N=503)

Item E.C.V.C.	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	55 (10.9%)	183 (36.4%)	94 (18.7%)	133 (26.4%)	38 (7.6%)
2	316 (62.8%)	150 (29.8%)	23 (4.6%)	14 (2.8%)	0
3	154 (30.6%)	229 (45.5%)	77 (15.3%)	39 (7.8%)	4 (0.8%)
4	278 (55.3%)	139 (27.6%)	41 (8.2%)	32 (6.4%)	12 (2.4%)
5	278 (55.3%)	127 (25.2%)	80 (15.9%)	15 (3.0%)	3 (0.6%)
6	150 (29.8%)	157 (31.2%)	139 (27.6%)	56 (11.1%)	1 (0.2%)
7	267 (53.1%)	152 (30.2%)	58 (11.5%)	14 (2.8%)	4 (0.8%)
8	220 (43.7%)	188 (37.4%)	53 (10.5%)	33 (6.6%)	5 (1.0%)

9	285 (56.7%)	139 (27.6%)	54 (10.7%)	12 (2.4%)	10 (2.0%)
10	200 (39.8%)	176 (35.0%)	98 (19.5%)	24 (4.8%)	2 (0.4%)
11	335 (66.6%)	108 (21.5%)	39 (7.8%)	12 (2.4%)	6 (1.2%)
12	359 (71.4%)	120 (23.9%)	16 (3.2%)	4 (0.8%)	2 (0.4%)
13	391 (77.7%)	59 (11.7%)	26 (5.2%)	13 (2.7%)	10 (2.0%)
14	407 (80.9%)	71 (14.1%)	16 (3.2%)	1 (0.2%)	4 (0.8%)
15	258 (51.3%)	152 (30.2%)	66 (13.1%)	21 (4.2%)	3 (0.6%)
16	352 (70.0%)	117 (23.3%)	20 (4.0%)	7 (1.4%)	3 (0.6%)
17	296 (58.8%)	133 (26.4%)	51 (10.1%)	16 (3.2%)	5 (1.0%)
18	212 (42.1%)	162 (32.2%)	92 (18.3%)	27 (5.4%)	7 (1.4%)
19	377 (75%)	95 (18.9%)	23 (4.6%)	4 (0.8%)	1 (0.2%)
20	356 (70.8%)	108 (21.5%)	26 (5.2%)	2 (0.4%)	6 (1.2%)
21	257 (51.1%)	154 (30.6%)	72 (14.3%)	11 (2.2%)	7 (1.4%)
22	329 (65.4%)	128 (25.4%)	32 (6.4%)	9 (1.8%)	3 (0.6%)
23	340 (67.6%)	107 (21.3%)	37 (7.4%)	10 (2.0%)	3 (0.6%)
24	373 (74.2%)	103 (20.5%)	21 (4.2%)	1 (0.2%)	2 (0.4%)
25	386 (76.7%)	69 (13.7%)	30 (6.0%)	6 (1.2%)	8 (1.8%)

3.2. Análise inferencial dos dados

Procedeu-se então ao estudo dos principais objetivos que regeram esta investigação. Nesse sentido foi utilizado como referencia (para aceitar ou rejeitar a hipótese nula) um nível de significância de $(\alpha) \leq 0.05$.

Hipótese 1: Considerando a variável sexo, existem diferenças significativas entre os participantes relativamente à agressão, sendo que os participantes do sexo masculino apresentam níveis mais elevados de agressão do que as participantes do sexo feminino.

Perante a observação da tabela 12, ao analisarmos as médias do score total da escala QA, bem como dos seus fatores, conseguimos perceber que as médias obtidas pela amostra masculina são sempre superiores às obtidas pelos participantes femininos, à exceção da agressão verbal em que a média é superior no género feminino.

No que concerne à análise das diferenças estatísticas entre os participantes do género masculino e do género feminino no questionário de agressão, podemos observar através da mesma tabela que só existem diferenças estatisticamente significativas relativamente à

agressão física, $t(484) = 2.295$, $p < 0.05$. Por sua vez, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os participantes do género masculino e do género feminino relativamente ao total da escala, $t(470) = 0.883$, $p > 0.05$, à agressão verbal, $t(481) = -1.235$, $p > 0.05$, à raiva $t(482) = 1.368$, $p > 0.05$ e à hostilidade $t(479) = 0.339$, $p > 0.05$. Assim, quando, tentamos perceber se os homens são mais agressivos do que as mulheres, de forma geral percebemos que tal não acontece, no entanto, no que diz respeito á agressão física podemos dizer que estes são mais agressivos fisicamente do que o sexo feminino, apesar de apresentarem valores superiores aos do sexo feminino em todos os itens. Como já mencionamos anteriormente apesar de estarmos perante um caso extremo de violência a verdade é que a grande maioria da amostra não tem manifestações de agressão.

Tabela 12

Diferenças no total e nos 4 fatores do QA em função da variável sexo

	Sexo	Média (desvio padrão)	t	P
Agressão Total	Masculino (n=202)	63.52 (12.98)	0.883	0.378
	Feminino (n= 270)	62.37 (14.81)		
Agressão Física	Masculino (n=210)	19.46 (5.16)	2.295	0.022
	Feminino (n=276)	18.36 (5.29)		
Agressão Verbal	Masculino (n=209)	8.87 (2.70)	-1.235	0.217
	Feminino (n= 274)	9.19 (2.90)		
Raiva	Masculino (n=209)	15.38 (3.27)	1.368	0.172
	Feminino (n=275)	14.94 (3.67)		
Hostilidade	Masculino (n=208)	20.05 (4.52)	0.339	0.735
	Feminino (n=273)	19.90 (4.86)		

Hipótese 2: Considerando a variável sexo existem diferenças estatisticamente significativas entre os participantes relativamente às crenças que legitimam a violência nas relações de intimidade, sendo que os participantes do sexo masculino apresentam um maior nível de legitimação da violência através das crenças do que as participantes do sexo feminino.

No que diz a esta questão podemos observarmos na tabela 13 as médias obtidas pelos participantes, conseguimos perceber que para efeitos de comparação o género masculino

apresenta médias superiores ao gênero feminino tanto no total da escala, como nos seus fatores.

A análise das diferenças estatísticas, vem comprovar estes resultados, uma vez que foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os participantes do gênero masculino e do gênero feminino tanto no score global da escala, $t(476) = 7.688$, $p < 0.05$, como em cada um dos quatro fatores com valores superiores de legitimação de violência nos inquiridos do sexo masculino. No fator 1- Legitimação e banalização da pequena violência, $t(483) = 6.851$, $p < 0.05$, no fator 2- Legitimação da violência pela conduta da mulher $t(485) = 6.682$, $p < 0.05$, no fator 3- Legitimação da violência devido a causas externas, $t(490) = 6.418$, $p < 0.05$ e por fim no fator 4- Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar, $t(490) = 7.181$, $p < 0.05$. Percebe-se então que os homens e mulheres têm diferentes crenças face à aceitação/tolerância da violência nas relações de intimidade. Quando exploramos esta diferença, observamos que os homens legitimam e banalizam mais a pequena violência que as mulheres, assim como, também legitimam mais a violência pela conduta da mulher.

Tabela 13

Diferenças nos resultados do total e nos 4 fatores da escala ECVC em função da variável sexo

	Sexo	Média (desvio padrão)	t	P
ECVC Total	Masculino (n=209)	45.16(11.81)	7.688	0.000
	Feminino (n=269)	37.77 (9.22)		
Fator 1	Masculino (n=212)	26.26 (8.68)	6.851	0.000
	Feminino (n=273)	21.63 (6.21)		
Fator 2	Masculino (n=213)	17.21 (5.36)	6.682	0.000
	Feminino (n=274)	14.32 (4.17)		
Fator 3	Masculino (n=216)	15.81 (4.19)	6.418	0.000
	Feminino (n=276)	13.50 (3.75)		
Fator 4	Masculino (n=216)	12.53 (3.68)	7.181	0.000
	Feminino (n=276)	10.32 (3.15)		

Hipótese 3: Existem diferenças significativas na agressão e nas crenças acerca da violência de acordo com os escalões etários, sendo que as faixas etárias mais jovens possuem níveis de agressão e crenças de violência mais altas comparativamente a faixas etárias mais adultas.

No que se refere a possíveis diferenças entre os indivíduos nas várias faixas etárias (tabela 14), quanto à agressão não se verificaram resultados estatisticamente significativos ($P > 0.05$). Confirmando a análise estatística, pode-se apurar que são os sujeitos com idades superiores a 23 anos que possuem níveis mais elevados de agressão ($\bar{x}=64.04$).

Em relação às possíveis diferenças nas crenças que legitimam a violência nas relações de intimidade também não foram encontrados resultados estatisticamente significativos nas várias faixas etárias ($P > 0.05$). Estatisticamente, foi também na faixa etária dos participantes com idade superior a 23 anos que se apresentou níveis mais elevados de legitimação da violência ($\bar{x} =41.85$).

Tabela 14

Diferenças nos resultados das escalas QA e ECVC em função da variável idade

	Idade	Média (Desvio-Padrão)	F	P
QA	17-19 anos (n=169)	63.02 (12.87)	0.559	0.572
	20-22 anos (n=197)	62.24 (14.33)		
	> 23 anos (n=104)	64.04 (15.44)		
ECVC	17-19 anos (n=167)	39.83 (10.57)	1.281	0.279
	20-22 anos (n=205)	41.24 (11.37)		
	> 23 anos (n=104)	41.85 (10.67)		

Hipótese 4: O diferente estado civil dos participantes diferencia de forma estatisticamente significativa a agressão e as crenças que estes apresentam sobre a violência nas relações de intimidade.

Analisando se a natureza da relação é determinante na manifestação de agressão e de crenças sobre a violência nos relacionamentos íntimos, observa-se através da tabela 15 que esta não tem qualquer relação estatística significativa. No que diz respeito à agressão, $F= 1.87$, $p > 0.05$, no entanto, através da estatística descritiva, verifica-se que é no grupo dos participantes sem compromisso que se apura um valor mais elevado de agressão ($\bar{x}= 68.00$). Referentemente à legitimação de crenças, também não se verificam diferenças estatísticas significativas uma vez que $F= 0.406$, $P > 0.05$. Ao observarmos a estatística descritiva, percebemos que é no grupo dos participantes que namoram sem viverem juntos que se encontram valores mais altos de crenças acerca da violência nas relações íntimas ($\bar{x}=40.01$).

Tabela 15

Diferenças nos resultados das escalas QA e ECVC em função da natureza da relação

	Natureza da relação	Média (Desvio- padrão)	F	P
QA	Sem Compromisso (n=23)	68.00 (13.02)	1.692	0.187
	Namoro sem viver juntos (n=1688)	62.51 (14.59)		
	Namoro a viver juntos (n=35)	61.57 (13.20)		
ECVC	Sem Compromisso (n=24)	38.38 (8.80)	0.406	0.667
	Namoro sem viver juntos (n=173)	40.01 (10.23)		
	Namoro a viver juntos (n=34)	38.94 (8.29)		

Hipótese 5: Existe uma relação estatisticamente significativa entre as manifestações agressivas e as crenças acerca da violência

Na tabela 16, podemos observar que não existe uma correlação estatisticamente significativa entre as crenças dos alunos da amostra e a agressão manifestada, $r_s=0.052$, $p > 0.05$. Tal resultado advém certamente do facto de a amostra em estudo apresentar baixos níveis de agressão.

Tabela 16

Correlações entre a agressão e as crenças sobre a violência (através do coeficiente de correlação de Pearson)

	R	P
Agressão e crenças sobre a violência	0.052	0.271

Relativamente à análise da associação entre as dimensões do QA e as dimensões do ECVC, apresentada na tabela 17, pode-se constatar que foram encontradas algumas correlações estatisticamente significativas entre as subescalas que os constituem. Desta forma destaca-se uma correlação entre a agressão física e a legitimação da pequena violência, $r= 0.141$, $p < 0.01$, sendo esta uma correlação estatística de nível 0.01 para um grau de confiança de 99%. Foram também encontradas correlações positivas entre a agressão física e a legitimação da violência pela conduta da mulher, $r= 0,115$, $p < 0.05$ com uma correlação estatística significativa de nível 0.05 para um grau de confiança de 95%.

Assim, pode-se concluir que à medida que a agressão física aumenta, aumentam também as crenças que legitimam e banalizam a pequena violência, bem como as crenças que legitimam a violência pela conduta da mulher.

Tabela 17

Correlações entre os componentes da agressão e os fatores de crenças sobre a violência (através do coeficiente de correlação de Pearson)

	Raiva	Agressão Física	Agressão Verbal	Hostilidade
1. Legitimação e banalização da pequena violência	0.019	0.141**	0.048	-0.006
2. Legitimação da violência pela conduta da mulher	0.022	0.115*	0.033	0.002
3. Legitimação da violência devido a causas externas	0.016	0.029	-0.020	-0.042
4. Legitimação da violência pela privacidade familiar	0.030	0.050	0.010	-0.043

Nota probabilística: * $p < 0.05$; ** $p < 0.01$

Capítulo 4 - Discussão

Apresentamos agora a discussão dos resultados, onde os objetivos antecipadamente desenvolvidos serão alvo de confrontação e comparação com os estudos empíricos anteriores. Por último, serão apresentadas as principais conclusões e sugestões para trabalhos futuros. Nas últimas décadas, a violência conjugal tornou-se um tema de preocupação social, jurídico e político em Portugal (Machado, et al., 2008). Por outras palavras, Portugal tem progressivamente demonstrando estar mais consciente para a temática da violência nas relações de intimidade, e por isso tem aumentado o reconhecimento formal do problema, os efeitos nos membros da sociedade e a necessidade de reformas estruturais (Santos & Mercúrio, 2004).

Neste sentido, o presente estudo permitiu explorar e avaliar os níveis de agressão de uma amostra de estudantes universitários e investigar as suas crenças acerca da violência nas relações de intimidade com o intuito de verificar qual o seu grau de tolerância/ aceitação da violência.

A primeira variável a ser analisada foi a agressão, permitindo concluir que estamos presentes perante uma amostra que não apresenta na sua maioria manifestações de agressão. Os resultados obtidos em relação à variável agressão, coadunam-se com os obtidos com outros estudos realizados em Portugal, nomeadamente o estudo de Cunha & Gonçalves (2012) realizado com uma amostra de estudantes universitários portugueses. Nesse estudo foram obtidas médias de 63.15 para a agressão total e por sua vez, no presente estudo médias de 62.90. Os resultados apresentados nos restantes fatores da escala também se mantiveram bastante próximos dos obtidos no nosso estudo. Aponta-se ainda para o estudo de Gouveia, Chaves, Peregrino, Branco & Gonçalves (2008) realizado com estudantes do ensino superior apresentaram de forma geral um nível baixo de agressão bem como o estudo de Pinto (2015) em que foram obtidos baixos níveis no total do QA.

No que diz respeito às diferenças estatísticas obtidas em relação à agressão nos dois géneros (H1), apenas foram verificados valores estatisticamente significativos relativamente à agressão física, onde os homens obtiveram valores mais elevados de agressão do que as mulheres. No entanto, através da análise descritiva, conseguiu-se observar que os homens também obtiveram resultados mais elevados na raiva e na hostilidade, indo de encontro à literatura (Simões, 1993; Buss & Perry, 1992; Ramirez et al. 2001; Sisto et al.,).

O sexo masculino também pontuou acima do feminino em todo os fatores, à exceção da agressão verbal, em que os resultados do sexo feminino se destacaram face ao sexo masculino. Estes resultados vão de encontro aos resultados obtidos nos estudos de Simões (1993), Buss & Perry (1992), Cunha & Gonçalves (2012) e Ramirez et al. (2001) em que as mulheres obtiveram uma pontuação mais elevada do que os homens no que diz respeito à agressão verbal. Uma possível explicação para estes valores e para o facto de as mulheres recorrerem mais à agressão verbal, pode ser porque na maioria dos casos, a passagem ao ato,

ou seja, a agressão, ocorre muito menos frequentemente nas mulheres do que nos homens, provavelmente devido a uma maior capacidade de autocontrole, em grande parte resultado dos processos de socialização que as conduzem a uma maior internalização das condutas agressivas (Vieira e Soeiro, 2002) e por normalmente, a agressão verbal parecer ser uma ação menos reprovável.

No que diz respeito à relação entre a variável agressão e as variáveis sociodemográficas como a idade (H3) e o estado civil (H4) não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para nenhuma delas, no entanto, através da literatura recolhida foi possível encontrar algumas relações com estas variáveis.

Assim, sabemos que existe uma relação inversa entre a idade e a agressão, ou seja, quanto mais idade menos agressividade. A agressividade é uma característica de atuação na fase inicial de desenvolvimento do indivíduo (Santos, 2008). Segundo Ribeiro e Sani (2005) as primeiras manifestações de comportamentos agressivos surgem por volta dos três anos de idades, predominando até idades adultas. É de salientar que a magnitude e pertinência da problemática reside no facto de a maioria das agressões cometidas durante a adolescência e a idade adulta estarem intimamente ligadas a jovens que manifestaram uma conduta agressiva desde a sua infância (Barry, & Lochman, 2004; Department of Community Services, 2004). Apesar da agressividade ser uma característica presente em idades mais novas, tal comportamento embora possa ser transitório, pode ter consequências refletidas durante toda a vida do indivíduo.

Pode justificar os resultados que obtivemos, visto a nossa amostra ser composta por indivíduos com idades compreendidas entre os 17 e os 34 anos, algo que diferencia, em termos de idade, das amostras constituídas por sujeitos mais novos.

Relativamente à variável do estado civil, no estudo de Vieira e Soeiro (2002), os autores apontam para uma relação entre os indivíduos solteiros e a agressão, ou seja, os indivíduos solteiros estão mais propensos a comportamentos agressivos, apesar de este estudo se ter realizado num contexto bastante diferente do da presente investigação. No nosso estudo também se verificou através da estatística descritiva que é nos indivíduos sem compromisso que se registam valores mais altos de agressão.

Passando agora à análise da variável das crenças acerca da violência, através de uma avaliação geral, podemos concluir que estamos perante uma amostra de sujeitos que maioritariamente evidencia uma tendência de discordância moderada quanto ao conjunto das crenças que legitimam a violência nas relações de intimidade. Estes resultados vão de encontro aos obtidos nos estudos de Mendes e Cláudio (2010), em que mais de metade das suas amostras reprovava totalmente a violência nas relações de intimidade. Vai também ao encontro de outros estudos com a população em geral, com estudantes, com profissionais de saúde e polícias (Machado, 2005; Machado, et al., 2007; Machado, et al., 2003; Machado, et al., 2009). Os resultados indicam nestes estudos que há igualmente uma tendência para os participantes discordarem das crenças que legitimam ou dão suporte à violência nas relações íntimas.

No entanto, apesar de ser um valor mínimo existem alguns casos de estudantes que toleram/ aceitam a violência nas relações de intimidade. No que diz respeito aos fatores, as respostas obtidas também mantêm uma tendência discordância. Sendo que foi relativamente ao fator 1” Legitimação e banalização da pequena violência” que se obtiveram resultados mais elevados, ou seja, os sujeitos concordaram mais com os itens presentes nesse fator, parecendo ir ao encontro da ideia enraizada de que a pequena violência (bofetadas, insultos), é considerada como algo comum, normal e pouco grave levando à sua normalização e banalização.

No que concerne às diferenças existentes entre as crenças acerca da violência nas relações de intimidade de acordo com o sexo dos participantes (H2), foram encontrados resultados significativos tanto no global da escala como em cada um dos fatores, com valores superiores de legitimação de violência nos inquiridos do sexo masculino. Estes resultados coadunam-se com os apresentados em outros estudos em que os homens manifestaram uma maior permissividade e concordância com a legitimação do uso da violência e como algo mais natural e comum na relação de intimidade do que as mulheres (Mendes & Cláudio, 2010; Caridade, 2011; Machado, Matos e Moreira, 2003; Machado, 2005; Ventura, Ferreira, & Magalhães, 2013). Isto poderá dever-se a alicerces socioculturais, como os papéis-género, em que o homem é ensinado e educado para ser forte e a mulher sempre ter assumido uma posição subordinada ao homem. Contudo, os homens apresentaram uma média de concordância superior para o fator de legitimação e banalização da pequena violência e para o fator legitimação da violência pela conduta da mulher, tal como no estudo de Caridade (2011). Esta noção de banalização da violência parece ser caracterizada fundamentalmente pela legitimação do uso da agressão (física ou emocional) como forma de regulação e resolução de conflitos conjugais.

Nesta investigação não se apuraram valores estatisticamente significativos entre as características sociodemográficas (idade (H3) e o estado civil (H4)), e o suporte para as crenças legitimadoras da violência, no entanto a literatura apresenta algumas relações entre estas variáveis.

No que diz respeito à variável idade, não foi possível chegar a um consenso, uma vez que a literatura é pouco coerente, alguns estudos apontam para resultados em que são os estudantes mais jovens a revelarem valores significativamente mais elevados de legitimação da violência do que os mais velhos, e outros apontam para o inverso, e ainda alguns estudos que apontam esta variável como irrelevante. No estudo de Mendes e Cláudio (2010) com estudantes concluiu-se que os estudantes até aos 20 anos de idade obtiveram valores significativamente mais elevados de legitimação da violência em relação aos estudantes mais velhos, da faixa etária dos 21 aos 25 anos. O mesmo aconteceu no estudo de Caridade (2011) com jovens entre os 13 e 19 anos de idade, onde os estudantes mais novos revelaram valores mais elevados de legitimação da violência.

Por sua vez, no estudo de Minas (2014) que se propõe a analisar a prevalência de violência nas relações íntimas, com participantes de idades compreendidas entre os 18 e os

63 anos, apresentou resultados opostos aos acima referidos. Foi nos participantes mais velhos que se verificaram mais crenças acerca da violência, sendo este o resultado mais próximo do nosso estudo, uma vez que foi no grupo dos participantes com idade superior a 23 anos que foi possível observar através da estatística descritiva valores mais elevados relativamente às crenças acerca da violência. Este acontecimento pode ser justificado com o facto de as gerações mais velhas evidenciam um maior enraizamento de crenças em torno dos modelos tradicionais de “masculino e feminino” (Fernandes, 2009). Ao terem experienciado por mais tempo relações de poder do homem face à mulher (Fernandes, 2009), é natural que privilegiem crenças associadas à família patriarcal, comparativamente às gerações mais jovens. Também no estudo de Machado e colaboradores (2007), se verificou que foram os participantes mais velhos que revelaram um maior grau de apoio nas crenças que legitimam o abuso pelo parceiro, apesar de não haver diferenças significativas.

Apesar dos resultados obtidos na nossa amostra não apontarem para a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as várias idades, e a literatura não ser conclusiva relativamente a este fator, espera-se que uma maior consciencialização face a este fenómeno produza nos jovens uma tendência para a diminuição da violência e da sua legitimação, promovendo a procura de relacionamentos saudáveis em qualquer grupo etário. Relativamente à variável do estado civil dos participantes, na literatura, não foi possível encontrar informações específicas acerca da relação entre o estado civil e as crenças sobre a violência conjugal. Por exemplo, num estudo (Matos & Cláudio, 2010) concluiu-se que não há diferenças estatisticamente significativas, no que toca às crenças acerca da violência nas relações íntimas, e o estado civil, indo de encontro aos resultados da nossa investigação.

Por fim, quando se procurou estudar a correlação entre a agressão e as crenças acerca da violência não foram encontradas diferenças significativas, este resultado pode ser justificado pelos baixos níveis de agressão que a amostra apresenta, uma vez que seria esperado que quanto mais comportamentos agressivos os jovens apresentassem, mais crenças acerca da violência teriam, não tendo sido o averiguado. Contudo, quando observamos mais pormenorizadamente, verificamos que existe uma relação positiva entre a agressão física e as crenças que legitimam a pequena violência, bem como as crenças pela conduta da mulher. Isto indica-nos que quanto mais os sujeitos são agressivos fisicamente, maiores são as suas crenças no que diz respeito à banalização da pequena violência como sendo pouco grave e à legitimação da violência pela conduta da mulher. Mas devemos salientar que esta é uma correlação fraca, a níveis estatísticos é pouco significativa, uma vez que o seu grau de correlação é apenas de 0.01.

Conclusão

Continuamente à apresentação e discussão dos resultados, onde os dados foram comparados com a literatura existente, sucede-se de modo sucinto e claro os principais resultados obtidos com a realização da presente investigação. Relembrando que o principal objetivo da presente investigação, consistia em avaliar os níveis de agressão de uma amostra de estudantes universitários, bem como, investigar as suas crenças acerca da violência nas relações de intimidade com o intuito de verificar qual o seu grau de tolerância/ aceitação a essa mesma violência. Pretendendo ainda, averiguar a relação entre as escalas avaliadas, nomeadamente o questionário de agressão e escala de crenças acerca da violência conjugal.

Desta forma, pode-se aferir de acordo com os resultados que os objetivos foram alcançados. As principais conclusões obtidas na presente investigação são:

- A grande maioria da amostra não parece propensa a manifestações de agressão (89.5%);
- A média obtida do total do Q.A foi de 62.90 (DP= 14.04), numa escala que varia entre 29 e 145 pontos;
- O fator de hostilidade foi aquele que mais se realçou no Q.A (\bar{x} = 19.98);
- De uma forma geral, existe uma tendência para a maioria dos participantes discordarem das crenças que legitimem ou dão suporte à violência nas relações de intimidade (94 %);
- A média obtida no total do ECVC foi de 41.03, sendo que a pontuação da escala varia entre 25 e 125 pontos;
- Existe uma tendência para resultados mais elevados no fator 1 “Legitimação e banalização da pequena violência”, ou seja, os sujeitos concordam mais com as crenças que compõem este fator;
- Os participantes do género feminino e masculino apresentam níveis semelhantes de agressão no geral;
- Os participantes do sexo masculino apresentam níveis superiores de agressão física do que os participantes do sexo feminino, ou seja, os homens constituintes da nossa amostra são mais agressivos fisicamente do que as mulheres;
- O sexo feminino e o sexo masculino apresentam diferenças nas crenças acerca da violência nas relações de intimidade, sendo que os homens legitimam e banalizam mais a pequena violência, assim como, legitimam mais a violência pela conduta da mulher, do que as mulheres;
- Nas variáveis sociodemográficas (idade e estado civil) não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas em relação à agressão e às crenças acerca da violência;

- Não se verificou uma correlação entre agressão e as crenças acerca da violência;

Uma das potencialidades deste estudo, reflete-se no protocolo de investigação, ou seja, foram utilizados dois instrumentos que estão traduzidos e adaptados para a população portuguesa, constituindo esta investigação mais um contributo para a sua validação.

Para além disso, o facto deste estudo procurar analisar a relação entre a agressão e as crenças acerca da violência nas relações de intimidade numa amostra de estudantes universitários, constitui-se, em nosso entender, um passo importante no progresso da investigação neste domínio, dada a carência de estudos que relacionem estas duas variáveis no âmbito no contexto português.

Não obstante aos seus contributos, o presente estudo não ficou isento de limitações que poderão ter influenciado os seus resultados e sobre os quais interessa refletir, procurando a partir destas delinear pistas para a investigação futura neste domínio.

Uma das limitações prende-se com a constituição da amostra, uma vez que abrange apenas uma determinada região do país, bem como um grupo específico de jovens dentro do sistema de ensino e referente aos mesmos cursos. O tamanho da amostra apresenta-se também como uma das limitações, apesar de se considerar uma amostra razoável, está muito longe de caracterizar a população total apresentando por isso limitações ao nível da generalização dos resultados, devendo, deste modo, serem encarados com alguma prudência de maneira a não correr o risco de enviesar as respetivas conclusões e não generalizar para a população universitária portuguesa.

Outra limitação esta ligada com o facto de o estudo ser meramente quantitativo, com recurso a medidas de autorrelato, não nos permitindo obter uma compreensão mais fenomenológica do fenómeno.

Uma outra condicionante está relacionada com a avaliação da amostra, teria sido pertinente da nossa parte recolher informação sobre se os participantes já tinham sido vítimas de violência ou se na sua visão já tinham praticado atos de violência, sendo possível comparar resultados entre participantes vitimizados e participantes que nunca tivessem passado por comportamentos de violência dentro das relações de intimidade. Seria útil que em futuros estudos fosse recolhida esta informação.

Por fim, é ainda necessário fazer referência ao fator da desejabilidade social, na medida em que é comum os indivíduos tenderem a dar respostas pouco honestas, no sentido de apresentarem uma imagem destacadamente positiva de si próprios com o propósito de atingirem um determinado objetivo

Para investigações futuras, considera-se revelante serem efetuadas mais pesquisas que relacionem as variáveis agressão e crenças acerca da violência, com variáveis sociodemográficas como a idade e o estado civil, tornando-se ainda pertinente, perceber de que forma é que a agressão e as crenças acerca da violência se correlacionam em contextos universitários.

Bibliografia

- Abromavay, M., Castro, M., Pinheiro, L. & Martinelli, C. (2002). *Juventude, Violência e Vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: EdiçõesUNESCO.
- Abramovay, M., Cunha, A. & Calaf, P. (2009). *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF
- Afonso, J. I. (2010). "(...) Mais gosto de ti"??? Diferenças entre homens e mulheres nas crenças e comportamentos sobre violência conjugal (Dissertação de Mestrado em Psicologia Criminal e do Comportamento Desviante, não publicada). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- Ajuriaguerra, J. (s/d). *Manual de Psiquiatria Infantil* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Masson.
- Ajzen, I. & Gilbert Cote, N. (2008). "Attitudes and the prediction of behavior". In W. D. Crano & R. Prislín (Eds.), *Attitudes and attitude change*. New York: Psychology Press.
- Albarracín, D., Wang, W., Li, H. & Noguchi, K. (2008). Structure of attitudes: Judgments, memory, and implications for change. In W. D. Crano & R. Prislín (Eds.), *Attitudes and attitudes for change: Frontiers of social psychology*. New York: Psychology Press.
- Aldrighi, T. (2004). Prevalência e cronicidade da violência física no namoro entre jovens universitários do estado de São Paulo - Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6, 105-120.
- Alexandre, P. (2006). *Guia prático de utilização do SPSS, análise de dados para ciências sociais e psicologia* (6ª ed). Lisboa: Edições Sílabo.
- Anderson, C. (2000). Video games and aggressive thoughts, feelings, and behavior in the laboratory and in life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78, 772-790.
- Anderson C. & Bushman B. J. (2001). Is it time to pull the plug on the hostile versus instrumental aggression dichotomy? *Psychology*, 108, 273-79.
- Anderson, C. A., & Bushman, B. (2002). Human aggression. *Annual Review of Psychology*, 53(1), 27-51.
- Anderson, C. A., & Huesmann, L. R. (2003). Human aggression: A social-cognitive view In M. A. Hogg & J. Cooper (Eds.) *The Handbook of Social Psychology* (Revised Edition). Thousand Oaks, CA: Sage Ed.

- Andrade, P. R. (2003). Correlatos valorativos da preferência por desenhos animados: compreendendo a justificação da agressão (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Psicologia, João Pessoa, Brasil.
- Antunes, J. & Machado, C. (2012). Violência nas Relações Íntimas Ocasionais de uma Amostra Estudantil. *Análise Psicológica*, 30(1-2), 93-107.
- Arriaga, X. B., & Foshee, V. A. (2004). Adolescent Dating Violence Do Adolescents Follow in Their Friends', Or Their Parents', Footsteps? *Journal of interpersonal violence*, 19(2), 162-184.
- Aronson, E., Wilson, T. D. & Akert, R. M. (2002). *Psicologia Social*- (3ª ed). Rio de Janeiro: L.C.T.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (1998). *Manual de Procedimentos*. Lisboa: APAV
- Associação Portuguesa de Apoio à Vitima (2012). *Tipos de Violência*. Acedido em <http://apav.pt>
- Bandura, A. (1979). *Social learning theory*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Barroso, Z. (2007). *Violência nas relações amorosas: uma análise sociológica dos casos detetados nos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e do Porto*. Lisboa: Edições Colibri.
- Barry, T. & Lochman, J. (2004). *Aggression in Adolescents: strategies for parents and educators*. National Association of School Psychologists.
- Benedictis, T., Jaffe, J., & Segal, J. (2006). Domestic violence and abuse: Types, signs, symptoms, causes, and effects. American Academy of Experts in Traumatic Stress.
- Bergman, L. (1992). Dating violence among high school students. *Social Work*, 37, 21- 27.
- Berkowitz, L. (1993). *Agression: its causes, consequences, and control*. New York: Academic Press.
- Björkqvist, K. (1997). The inevitability of conflict but not of violence: Theoretical considerations on conflict and aggression. In D. P. Fry & K. Björkqvist (Ed.), *Cultural variation in conflict resolution: Alternatives to violence*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Burns, T., & Flam, H. (2000). *Sistemas de regras sociais. Teoria e aplicações*. Oeiras: Celta Editora.
- Buss, A., & Perry, M. (1992). The aggression questionnaire. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63(3), 452 - 459.
- Caridade, S. (2008). Violência nas relações de intimidade: Comportamentos e atitudes dos jovens (Tese de Doutoramento não publicada). Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Braga.

- Caridade, S. (2011). *Vivências Íntimas Violentas, Uma Abordagem Científica*. Coimbra: Edições Almedina.
- Caridade, S. & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 24(4), 485- 493.
- Caridade, S. & Machado, C. (2013). Violência nas relações juvenis de intimidade: uma revisão da teoria, da investigação e da prática. *Psicologia*, XXVII (1), 91-113.
- Caridade, S., Saavedra, R., & Machado, C. (2012). Práticas de prevenção da violência nas relações de intimidade juvenil: orientações gerais. *Análise Psicológica* XXX, 131-142.
- Casique Casique, L. & Furegato, A. R. F. (2006). Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14 (6), 137-144.
- Castela, R. (2013). Crenças normativas sobre a agressão e comportamentos de *bullying* em contexto escolar (Dissertação de mestrado não publicada). Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, Porto.
- Castro, R., & Ruíz, A. (2004). Prevalencia y severidad de la violencia contra mujeres embarazadas, México. *Revista Saúde Pública*, 38(1), 62-70.
- Correia, S. C. D. (2013). Crenças acerca da violência conjugal e rupturas da conjugalidade na população residente nos distritos de Lisboa e Setúbal (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- Cortez, B., Padovani, R. & Williams, C. A. (2005). Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais. *Estudos de Psicologia*, 6(1), 13-21.
- Costa, F. (2016). Associação entre violência nas relações de intimidade, as experiências precoces adversas e a vergonha numa amostra de adolescentes institucionalizados (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Costa, M. & Vale, D. (1998). *A violência nas escolas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Cunha, O. & Gonçalves, R. A. (2012). Análise confirmatória fatorial de uma versão portuguesa do Questionário de Agressividade de Buss-Perry. *Laboratório de Psicologia*, 10(1), 3-17.
- Department of Community Services. (2004). *Development of aggressive behaviour in children and young people implications for social policy, service provision, and further research*. Sydney: Dept. of Community Services.
- DGS. (2003). *Estratégias de combate à violência doméstica: manual de recursos*. Gabinete das Nações Unidas de Viena. Centro para o Desenvolvimento Social e Assuntos Humanitários. Direção Geral da Saúde. Lisboa.
- DGS. (2014). *Violência Interpessoal - Abordagem diagnóstico e intervenção nos serviços de saúde*. Lisboa.
- Dobash, R. E. & Dobash, R. P. (1992). *Women, Violence and Social Change*. Londres: Routledge.

- Dodge, K. & Coie, J. (1987). Social information-processing factors in reactive and proactive aggression in children's peer groups. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 1146-1158.
- Duarte, A. & Lima, M. (2006). Prevalência da violência física e psicológica nas relações de namoro de jovens estudantes portugueses. *Psychologica*, 43, 105-124.
- Estévez, E., Jiménez, I. & Musitu, G. (2008). Violence and victimization at school in adolescence. *European Journal of Psychology of Education*, 79- 115.
- Félix, D. (2012). Crenças de legitimação da violência de género e efeitos de campanhas de prevenção: Um estudo exploratório (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Fernandes, M. (2009). Papéis sociais de género na velhice: o olhar de si e do outro. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 62(5), 705-710.
- Fernández, M. (2006). Cultural beliefs and domestic violence. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1087, 250-260.
- Ferreira, R. F. (2015). Estudos de validação do Massachusetts Youth Screening Instrument-2 (MAYSI-2): relações com a Escala de Impulsividade de Barratt (BIS-11) e o Questionário de Agressividade de Buss e Perry (AQ) (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Fortin, M. F. (2006). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Lisboa: Lusodidacta.
- Galhordas, J., Lima, P., & Encarnação, T. (2007). Marte: da agressividade ao amor: a compreensão da agressividade nas pessoas com lesão vertebro-medular. *Análise psicológica*, 4 (25), 603-611.
- Geen, R. G. (1990). *Human aggression* (2ª ed.). Philadelphia: Open University Press. Acedido em <https://www.mheducation.co.uk/openup/chapters/0335204716.pdf>
- González-Ortega, I., Echeburúa E. & Corral P. (2008). Variables significativas en las relaciones violentas en parejas jóvenes: Una revisión. *Behavioral Psychology/ Psicología Conductual*, 2(16), 207-225.
- Gleitman, H., Fridlund, A. & Reisberg, D. (2007). *Psicologia* (7ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gouveia, V., Chaves, C., Peregrino, R., Branco, A. & Gonçalves, M. (2008). Medindo a agressão: o Questionário de Buss-Perry. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 60(3).
- Green, R. & Donnerstein, E. (1998). *Human Aggression: Theories, Research, and Implications for Social Policy*. San Diego, EUA: Academic Press.
- Guimarães, S. P. & Campos, P. (2007). Norma Social Violenta: Um Estudo da Representação Social da Violência em Adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(2), 188-196.
- Hacker, F. *Agressividade (A violência no mundo moderno)*. Amadora: Livraria Bertrand.
- Hakli, R. (2006). Group beliefs and the distinction between belief and acceptance. *Cognitive Systems Research*, 7, 286-297.
- Harris, J. A. (1995). Confirmatory factor analysis of the aggression questionnaire. *Behavior Research and Therapy*, 33, 991-993.

- Houaiss, A., & Villar, M. (2003). *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Lisboa: Circulo dos leitores.
- João, F. & Lourenço, L. (2017). O papel das crenças na origem e manutenção da violência: uma abordagem teórica.
- Kernberg, O. F. (1995). *A Psicopatologia do Ódio*. In O. F. Kernberg (Ed.), *Agressão nos transtornos de personalidade e nas perversões*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Kinsfogel, K. M. & Grych, J. H. (2004). Interparental conflict and adolescent dating relationships: integrating cognitive, emotional, and peer influences. *Journal of family psychology, 18*(3), 505.
- Kristensen, C. H., Lima, J. S., Ferlin, M., Flores, R. Z., & Hackmann, P. H. (2003). Fatores etiológicos da agressão física: uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia, 8*, 175-184.
- Lewis, S. F. & Fremouw, W. (2001). Dating violence: A critical review of the literature. *Clinical Psychology Review, 21*, 105-127.
- Lorenz, K. (1974). *A Agressão*. Lisboa: Moraes Editores.
- Machado, C. (2005). Violência nas famílias portuguesas: um estudo representativo na região Norte. *Psychologica, 40*, 173-194.
- Machado, L. M. (2010). Crenças e Representações Sociais dos Adolescentes sobre a Violência Interpessoal (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Machado, C., Caridade, S. & Martins, C. (2009). Violence in juvenile dating relationships: Selfreported prevalence and attitudes in a Portuguese sample. *Journal of Family Violence, 25*, 43-52.
- Machado, C., Gonçalves, M., & Matos, M. (2000). ECV - *Escala de Crenças sobre a Violação*. Universidade do Minho, Braga.
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2006). *Escala de crenças sobre a violência conjugal (E.C.V.C.) e Inventário de violência conjugal (I.V.C.): Escalas de avaliação e manual*. Departamento de psicologia, Universidade do Minho, Braga.
- Machado, C., Gonçalves, M., & Matos, M. (2008). *Manual da Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (E.C.V.C.) e do Inventário de Violência Conjugal (I.V.C.)*. Braga: Psiquilibrios Edições.
- Machado, C., Gonçalves, M., Matos, M., & Dias, A.R. (2007). Child and partner abuse: Self-reported prevalence and attitudes in the north of Portugal. *Child Abuse & Neglect, 31*, 657-670.

- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.
- Makepeace, J. (1981). Courtship violence among college students. *Family Relations*, 30, 97-102.
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: compreender para intervir*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Marcelli, D. (2005). *Infância e psicopatologia* (1.ª ed.). Lisboa: Climepsi Editores.
- Maroco, J. (2007). *Análise estatística com utilização do SPSS* (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Maroco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (5ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo
- Marshall, M. & Brown, J. (2006). Trait aggressiveness and situational provocation: a test of the traits as situational sensitivities (TASS) model. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 32(8), 1100-1113.
- Martinelli, M. (1999). *Conversando sobre educação em valores humanos*. São Paulo: Editora Peirópolis.
- Martínez, J. (2006). *Bullying: el maltrato entre iguales. Agresores, víctimas y testigos en la escuela*. Salamanca: Amarú Ediciones.
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS: saber decidir, interpretar e redigir*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Matos, M. (2006). Violência nas relações de intimidade: estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher (Tese de doutoramento não publicada). Universidade do Minho, Portugal.
- Matos, M., Negreiros, J., Simões, C., & Gaspar, T. (2009). *Violência, bullying e delinquência: gestão de problemas de saúde em meio escolar*. Lisboa: Coisas de Ler Edições.
- Mendes, E., & Cláudio, V. (2010). Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica. Atas VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Universidade do Minho, Portugal.
- Monteiro, A. (2015). Avaliar atitudes para prevenir comportamentos: as atitudes dos jovens universitários acerca da violência no namoro (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade do Porto, Porto.
- Moura, G. A. (2012). Violência no namoro e estilos parentais na adolescência: Compreensão das atitudes face à violência nas relações de namoro em adolescentes e a relação com a sua perceção dos estilos parentais (Dissertação de Mestrado não publicada). Instituto Universitário das Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa.

- Motz, A. (2008). *The Psychology of Female Violence - Crimes against the body*. (2ª Ed.). Nova Iorque: Routledge.
- Muller, J. (1995). *O principio de não violência: percurso filosófico*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Myers, D. G. & Twenge, J. M. (2017). *Social Psychology* (12th Edition). N. Y.: McGraw-Hill.
- Neto, F. (1998) *Psicologia Social*. Vol.I. Lisboa: Universidade Aberta.
- Oliveira, J. (2011). *Violência no Namoro: Adaptação de um Programa de Prevenção em Jovens Universitárias* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Oliveira, A., Chamon, E. & Mauricio, A. (2010). Representação social da violência: Estudo exploratório com estudantes de uma universidade do interior do estado de São Paulo. *Educar*, 36, 261-274.
- Oliveira, A. & Manita, C. (2003). Prostituição, violência e vitimação. In: Machado, C. & Gonçalves, R. A. (Coord.). *Violência e Vítimas de Crime*, vol. 1 - Adultos. Coimbra: Quarteto Editora.
- Oliveira, M. & Sani, A. (2005). *Comportamentos dos jovens universitários face à violência nas relações amorosas*. *Actas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*. Braga: Centro de Investigação em Educação.
- Organização Mundial de Saúde (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: OMS
- O'Keefe, M. (1998). Factors mediating the link between witnessing interparental violence and dating violence. *Journal of Family Violence*, 13(1), 39-57.
- O'Keefe, M., & Treister, L. (1998). Victims of dating violence among high school students are the predictors different for males and females? *Violence against women*. 4(2), 195-223.
- Pacheco, L. R. (2012). *Violência Conjugal no âmbito doméstico: as vozes de mulheres agredidas* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade federal de Goiás, Goiânia.
- Pain, J. (1992). *Violence ou pédagogie*. Vigneux: Matrice.
- Paiva, C. & Figueiredo, B. (2003). Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: Definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 4(2), 165-184.
- Paiva, C. & Figueiredo, B. (2005). Abuso no relacionamento íntimo e estado de saúde em jovens adultos portugueses. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 5 (2), 243-272.

- Pallant, J. (2007). *Survival manual - A step by step guide to data analysis using SPSS* (4ed.). Austrália: Allen & Uniwin.
- Peres, E. L. (2008). Da violência estrutural à violência doméstica contra crianças e adolescentes: aspectos conceituais. In: Silva, P.V.B., Lopes, J. E. & Carvalho, A. (Org.). *Por uma escola que protege: A educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes*. (111-124). Paraná: Editora UEPG.
- Perry, D.; Perry, L. & Boldizar, J. (1990). *Learning of aggression*. In M. Lewis & S. Miller (Ed), *Handbook of developmental psychopathology*. New York: Plenum Press.
- Piko, B. (2001). Gender differences and similarities in adolescents' ways of coping. *The Psychological Record*, 51, 223-235.
- Pinto, V. (2015). *Violência sexual na conjugalidade: O papel do agressor* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade do Minho, Braga.
- Pournaghash-Tehrani, S. (2011). The role of beliefs, attitudes and adverse childhood experiences in predicting men's reactions towards their spouses' violence. *Journal of Family Violence*, 26(2), 93-99.
- Ramirez, F.C. (2001). *Conduitas agressivas na idade escolar*. Amadora: MC Graw Hill.
- Ramírez, J.M. & Andreu, J.M. (2003). Aggression's typologies. *International Review of Social Psychology*, 16 (3), 125-141.
- Redondo, J., Pimentel, I. & Correia (2012). *Manual SARAR- Sinalizar, Apoiar, Registrar, Avaliar, Referenciar: Uma proposta de Manual para profissionais de saúde na área da violência familiar/entre parceiros íntimos*. Centro Hospitalar Universitário de Coimbra.
- Rego, J. & Sani, A. (2005). A agressividade em crianças e jovens vítimas de maus-tratos. In B. D. Silva & LS Almeida (Coords.), *Atas VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*, 113-130.
- Ribeiro, S. (2016). *Agressores conjugais, que planos de intervenção?* (Dissertação de Mestrado não publicada). Instituto Politécnico de Leiria, Leiria.
- Ribeiro, M. & Sani, A. (2008). As crenças de adolescentes sobre a violência interpessoal. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 5, 176-186.
- Ribeiro, M. & Sani, A. (2009). Modelos explicativos da agressão: revisão teórica. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 6, 96-104.

- Rivera-Rivera, L., Allen, B., Rodríguez-Ortega, G., Chávez-Ayala, R., & Lazcano-Ponce, E. (2006). Violencia durante el noviazgo, depresión y conductas de riesgo en estudiantes femeninas (12-24 años). *Salud pública de México*, 48, 288-296.
- Rosa, M. J. A. (2010). Violência no ambiente escolar: refletindo sobre as consequências para o processo ensino aprendizagem. *Itabaiana: GEPIADDE*, 4(8), 143-158.
- Sá, A. (1999). Algumas questões polêmicas relativas à psicologia da violência. *Psicologia: Teoria e Prática*, 1(2), 53-63.
- Santos, M., & Mercúrio, A. (2004). Portugal. In K.MalleyMorrison(Ed),*International perspectives on family violence and abuse* (51-67). Mahwah: LEA.
- Santos, E. F. (2008). Agressividade Infantil: possíveis causas e consequências. *Revista Científica Eletrônica de Psicologia*, VI (11).
- Santos, J. C. (2013). Violência no namoro: Conceções e perceções dos jovens em função do género (Dissertação de Mestrado não publicado). Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, Coimbra.
- Santos, A., Suehiro, A., Bartholomeu, D., Rueda, F. & Sisto, F. (2008). Funcionamento diferencial de itens para avaliar a agressividade de universitários. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(3), 474-481.
- Scharfetter, H. R. (1996). *Desenvolvimento Social da Criança*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Scharfetter, C. (2005). *Introdução à psicopatologia geral* (3ª ed.). Lisboa: Climepsi Editores.
- Shannon, J. (2009). *Domestic violence sourcebook* (3ª ed.). USA: Omnigraphics.
- Shipway, L. (2004). *Domestic Violence: A handbook for health care professionals*. London: Routledge Taylor & Francis Group.
- Siever, L.J. (2008). Neurobiology of aggression and violence. *The American Journal of Psychiatry*, 165, 429-442.
- Silva, P.A. (2009). Agressividade e representações sobre a violência em jovens institucionalizados (Dissertação de Mestrado não publicada). Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Silva, G., Rodrigues, T., Diego, P. & Lourenço, L. (2005). Um estudo das crenças no que concerne à utilização de armas de fogo enquanto causa da violência/agressividade (Tese de Mestrado não publicada). Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.
- Simões, A. (1993). São os homens mais agressivos que as mulheres? *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXVII (3), 387-404.

- Sisto, F. (2005). Aceitação-rejeição para estudar e agressividade na escola. *Psicologia em Estudo*, 10(1), 117-125.
- Sisto, F. F., Bartholomeu, D., Rueda, F. J. M., & Granado, J. I. (2005). Condutas agressivas e gênero: uma questão de estilo de agressividade. In: M. C. R. A. Joly, A. A. A. Santos & F. F. Sisto (Orgs.), *Questões do cotidiano universitário*. (141-158). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Soares, M. & Cláudio, V. (2010). Crenças e atitudes sobre a violência doméstica e satisfação com o suporte social em sujeitos adictos e não-adictos. In C. Nogueira, et al. (Eds), *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, (pp. 3231-3245). Braga: Universidade do Minho.
- Strecht, P. (2002). *Crescer Vazio: Repercussões Psíquicas do Abandono, Negligência e Maus Tratos em Crianças e Adolescentes* (4.^a ed.). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Tapper, K. & Boulton, M. J. (2004). Sex differences in levels of physical, verbal, and indirect aggression amongst primary school children and their associations with beliefs. *Aggressive Behavior*, 30 (2), 123-145.
- Tontodonato, P. & Crew, B. K. (1992). Dating violence, social learning theory, and gender: A multivariate analysis. *Violence and victims*, 7(1), 3.
- Veloso, M. (2015). Maus-tratos contra crianças e adolescentes: limites e possibilidades de atuação de profissionais de saúde (Tese de Doutorado não publicada). Universidade Federal do Pará, Brasil.
- Ventura, M., Frederico-Ferreira, M., & Magalhães, M. (2013). Violência nas relações de intimidade: crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência*, 11, 95-103.
- Vieira, A. & Soeiro, C. (2002). Agressividade e psicopatia. *Temas Penitenciários, Série II*, (8-9), 25-35.
- Walker, L. E. (1984). *The battered woman syndrome*. New York: Springer Publishing Company.
- Winnicott, D. (2002). *Privação e Delinquência* (3^a Ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- Young, R. & Balaban, E. (2003). Aggression, biology, and context déjà-vù all over again? In M. Mattson (Ed), *Neurobiology of aggression. understanding and preventing violence*. New Jersey: Humana Press.

